



FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

LICENCIATURA EM ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

**Análise da Implementação das Políticas de Inclusão de Alunos com Necessidades
Educativas Especiais no Ensino Primário no Distrito de Marracuene: o caso da
Escola Primária Completa “Joaquim Chissano” (2022-2024)**

Seródio Roque

Maputo, Janeiro de 2025

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

LICENCIATURA EM ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

**Análise da Implementação das Políticas de Inclusão de Alunos com Necessidades
Educativas Especiais no Ensino Primário no Distrito de Marracuene: o caso da
Escola Primária Completa “Joaquim Chissano” (2022-2024)**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane em cumprimento dos requisitos parciais para a obtenção do grau de licenciatura em Organização e Gestão da Educação com supervisão do Mestre. Carlos António Manhiça.

Supervisor: Mestre. Carlos António Manhiça.

Seródio Roque

Maputo, Janeiro de 2025

ÍNDICE

LISTA DE TABELAS	i
LISTA DE ANEXOS	i
LISTA APÊNDICES	i
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	i
DECLARAÇÃO DE HONRA	ii
DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO	vi
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO.....	1
1.2. Objectivos da pesquisa.....	4
1.2.1. Objectivo geral	4
1.2.2. Objectivos específicos	4
1.2.3. Perguntas de pesquisa.....	4
1.3. Justificativa	4
1.4. Contextualização.....	5
1.5. Recomendações internacionais de inclusão escolar	8
CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA	11
2.1. Referencial teórico	11
2.1.1 Teoria de relações humanas.....	11
2.1.2. Teoria dos sistemas.....	12
2.2. Quadro Conceitual	12
2.2.1. Políticas educacionais.....	12
2.2.2. Inclusão Escolar.....	13
2.2.3. Necessidades Educativas Especiais	14
2.2.4. Deficiência.....	15
2.2.5. Relação entre Deficiência, NEE e Dificuldades de Aprendizagem.....	15

2.3. Estado da Arte.....	16
CAPÍTULO III: METODOLOGIA.....	18
3.1. Classificação da pesquisa.....	18
3.1.1 Quanto a natureza	18
3.1.2 Quanto aos procedimentos	18
3.1.3 Quanto aos objectivos.....	18
3.1.4 Quanto ao método.....	18
3.2 Descrição do local do “estudo de caso”	19
3.2.1 Localização da Escola	19
3.2.2 Estrutura Administrativa da Escola	19
3.2.3 Historial	22
3.3 População e Amostra (Participantes).....	23
3.3.1 População	23
3.3.2 Amostra (participantes)	24
3.4. Técnicas, instrumentos e procedimentos de recolha de dados.....	25
3.5. Técnicas de Validação e Fiabilidade dos Instrumentos	28
3.6. Estratégias de Sistematização e Análise de Dados	28
3.7. Limitações do Estudo.....	29
3.8. Questões Éticas	30
CAPITULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	31
4.1. Apresentação dos resultados.....	31
4.1.1. Identificação das políticas de inclusão de alunos com NEE, implementadas na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”	31
4.1.2. Implementação das políticas da inclusão de alunos com NEE na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”	34
4.1.3. Impacto da implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”	36
4.2. Discussão dos Resultados	40

4.2.1. Identificação das políticas de inclusão de alunos com NEE, implementadas na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”	40
4.2.2. Implementação das políticas da inclusão de alunos com NEE na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”	41
4.2.3. Impacto da implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”	42
CAPÍTULO V: CONCLUSÃO E SUGESTÕES	45
5.1. CONCLUSÃO	45
5.2. SUGESTÕES	46
Referências Bibliográficas.....	47
ANEXOS	51
APÊNDICES	54

Comité de Júri

O Presidente

O Supervisor

O Oponente

Maputo, Janeiro de 2025

LISTA DE TABELAS

Tabelas	Descrição	Página
Tabela I	Disposição de alunos por classe e sexo	23
Tabela II	Disposição do corpo directivo da escola por categoria e sexo	24
Tabela III	Participantes na Pesquisa	25
Tabela IV	IV dos alunos com NEE	25

LISTA DE ANEXOS

Anexos	Descrição	Página
Anexo I	Credencial atribuído pela Faculdade de Educação	53
Anexo II	Mapa do Distrito de Marracuene	54

LISTA APÊNDICES

Apêndices	Designação	Página
Apêndice I	Guião de entrevista para a Direcção da EPC Joaquim Chissano	56
Apêndice II	Guião de entrevista para Professores da EPC Joaquim Chissano	57
Apêndice III	Guião de entrevista para Pais e Encarregados de Alunos com e sem NEE	58
Apêndice IV	Grelha de Observação de crianças com e sem Necessidades Educativas Especiais	59
Apêndice V	Escola Primária Completa “Joaquim Chissano	60

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Siglas	Designação
CIDPD	Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência
CRM	Constituição da República de Moçambique
DC	Direitos da Criança
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EI	Educação Inclusiva
IFP	Institutos de Formação de Professores
MINED	Ministério de Educação
MINEDH	Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano
NEE	Necessidades Educativas Especiais
PDCE	Programa Daphne da Comissão Europeia
PEA	Processo de Ensino e Aprendizagem
PEE	Plano Estratégico da Educação
SNE	Sistema Nacional de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Seródio Roque**, declaro por minha honra que esta Monografia para a obtenção de grau de licenciatura em Organização e Gestão da Educação cujo tema é “*Análise da Implementação das Políticas de Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Primário no Distrito de Marracuene: o caso da Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”*” é da minha autoria e que nunca foi apresentada em nenhuma instituição de ensino para a obtenção de nenhum grau académico que não seja para minha candidatura ao grau de Licenciatura na Universidade Eduardo Mondlane.

Maputo, Janeiro de 2025

(Seródio Roque)

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia à memória do meu pai Virgílio Roque, pela educação primária, pelos seus valiosos ensinamentos que tornaram possível o meu amadurecimento.

Dedico, igualmente, à minha mãe Celeste Seventine Chambule pelo amor, carinho e apoio moral recebido durante os anos de luta, os quais me fizeram acreditar que era capaz de chegar ao final deste curso.

A todos meus irmãos e família, que sempre estiveram do meu lado durante este longo percurso independentemente das circunstâncias, ensinando -me valores morais e o início do processo educacional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar, a Deus Pai, pelo chamamento à vida e por ser autor do meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia, pois é graças a Ele que todas as coisas são possíveis.

À Instituição Universitária, seu corpo docente, direcção e administração pela transmissão amável de conhecimentos, afecto, pontualidade, incentivo e presença contínua na minha formação académica bem como nas situações pessoais.

Ao meu supervisor Carlos António Manhiça, pelo excelente e inestimável apoio e orientação durante a concepção do projecto, colecta de dados no campo e elaboração do trabalho final.

A todos meus irmãos que me apoiaram em todos momentos de minha ausência dedicados ao estudo superior. Sempre me fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente, em especial.

A todos colegas da turma do curso de Organização e Gestão da Educação edição, 2017, pelo apoio durante o curso, pelas conquistas que alcançamos juntos, por todas as dificuldades que conseguimos superar. Trabalhar ao lado de pessoas tão maravilhosas, companheiras e generosas, foi um grande privilégio.

À minha filha Anísia Seródio Roque, pelo acompanhamento durante os quatro anos da frequência do curso, surgiu como um anjo, para aliviar-me de um fardo pesado. Quero que receba em dobro tudo que me deu e saiba que desejo que sua vida seja abençoada por vibrações de paz e amor.

A todos que directa ou indirectamente contribuíram para a realização deste trabalho, que fizeram parte da minha formação, vai o meu “*Nabhonga*”.

RESUMO

A Educação Inclusiva diz respeito ao atendimento às necessidades especiais que os alunos possam ter em algum momento de sua vida escolar. Este trabalho tem como objectivo analisar a implementação das Políticas de Inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Primário no Distrito de Marracuene, especificamente, na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano” (2022-2024). Para o efeito, foi realizada uma pesquisa qualitativa e empírica na base das técnicas de análise documental, entrevista semi-estruturada e observação de aulas não participante para elucidar os conceitos, as políticas e as práticas de Educação Inclusiva no panorama educacional moçambicano. Foram entrevistados 12 professores, 3 membros de Direcção e 10 Encarregados de Educação. Analisando os documentos normativos usados na escola, percebe-se que há preocupação com a inclusão no sistema de ensino regular por falta de aprimoramento na formação dos profissionais de ensino da escola. Partindo das discussões apresentadas, conclui-se que é necessário fortalecer as políticas voltadas para a Educação Inclusiva nas escolas de ensino primário regular, de forma a assegurar-se o acesso e permanência do aluno com Necessidades Educativas Especiais, no âmbito de uma educação de qualidade para todos.

Palavras-Chaves: Necessidades Educativas Especiais; Políticas de inclusão; Educação Inclusiva.

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), 1948, desempenhou um papel importante para o reconhecimento dos direitos de todas as pessoas, independentemente das deficiências e diferenças que apresentem (UNESCO,1998). Por conseguinte, nas últimas décadas a tendência na política social tem sido fomentar a inclusão, pois ela é parte essencial da dignidade e do exercício dos direitos humanos.

Ainda na mesma linha, em 1990 foi realizada, em Jomtien, a Conferência Mundial de Educação Para Todos, baseada no pressuposto de que toda a criança, jovem e adulto têm o direito humano de se beneficiar de uma educação que satisfaça as suas necessidades básicas de aprendizagem (UNESCO, 1990). Em 1994, foi realizada em Salamanca, a Conferência Sobre Necessidades Educativas Especiais, onde definiu-se como princípio fundamental da escola inclusiva que consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, por tanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola (UNESCO, 1994).

O direito à educação constitui um ponto de agenda em quase todas as sociedades, em todo mundo, e para garantir a materialização deste postulado, vários têm sido os fóruns, protocolos, conferências e actores envolvidos no processo. Assim sendo, os programas governamentais dos países signatários da orientação das Nações Unidas (ONU), como Moçambique, têm incluído este pressuposto nos seus programas de governação, que, por sua vez, é traduzido em diversas políticas educacionais. Deste modo, no presente trabalho pretende-se fazer a ***Análise da Implementação das Políticas de Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Primário no Distrito de Marracuene: o caso da Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”***.

1.1. Problematização

Moçambique é um País situado na África, a sudeste do continente, que alcançou a independência do colonialismo português em 1975, herdando um sistema educacional segregacionista e uma taxa de analfabetismo estimada em 97%, tendo sido urgente a adopção de políticas educacionais adequadas aos contextos sociocultural e económico para o seu desenvolvimento Uaciquete (2010).

A Constituição da República de Moçambique (CRM), revista em 2004, consagra o direito à educação, no Artigo 88, estabelecendo que 1. Na República de Moçambique, a educação constitui direito e dever de cada cidadão e 2. O Estado promove a extensão da educação à formação profissional contínua e a igualdade de acesso de todos os cidadãos ao gozo deste direito.

A Educação Inclusiva (EI) propõe um novo pensar e agir da escola, alterando práticas discriminatórias e excludentes exercidas até então. Para que a escola avance em seu processo inclusivo de forma a acolher todos os seus alunos, precisa investir em formação, rever seus recursos didáticos, metodologias e práticas avaliativas (Glat & Blanco, 2009). Tais atitudes implicam o respeito pelas diferenças de forma que as necessidades de cada um sejam atendidas. Apesar de estudos sobre EI, várias são as barreiras enfrentadas na inclusão escolar de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano” que enfrenta dificuldades pela falta de preparo dos professores, ausência de infra-estruturas adequadas, carência de tecnologia assistiva e, no geral, a falta de recursos pedagógicos, o que resulta na dificuldade de aprendizagem e consequentemente na assimilação das matérias leccionadas, dificuldades na mobilidade, prática de *bullying* e dificuldade de ambientação.

Na Lei nº 18/2018, de 28 de Dezembro, entre os Princípios gerais consta que o Sistema Nacional de Educação (SNE) orienta-se pelo seguinte: “a) educação, cultura, formação e desenvolvimento humano equilibrado e inclusivo é direito de todos os moçambicanos”.

Há ainda a destacar como um dos objectivos da Lei do SNE, patente no artigo 5 alínea b) “garantir a educação básica inclusiva a todo cidadão de acordo com o

desenvolvimento do País, através da introdução progressiva da escolaridade obrigatória”.

Na Lei nº 18/2018, de 28 de Dezembro, os princípios pedagógicos (Artigo 4), salientam na alínea “f) inclusão, equidade e igualdade de oportunidades em todos os subsistemas de ensino e na aprendizagem de alunos com necessidades educativas especiais” constituindo, desta forma, uma política educacional que defende a Educação Inclusiva.

Conforme as políticas educativas descritas no Plano Estratégico da Educação (PEE) 2020–2029, defende-se o princípio da inclusão, com vista a assegurar que as crianças, os jovens e os adultos com NEE e/ou com deficiência, possam frequentar escolas regulares, em vez de serem segregadas em escolas especiais (MINEDH, 2020).

É importante realçar que Moçambique é signatário de protocolos internacionais que lutam pela implantação de políticas educativas inclusivas em todo mundo, entre das quais destaca-se a Declaração de Salamanca, sobre princípios, políticas e práticas na área das NEE, defendendo que as pessoas com estas características devem ter acesso às escolas comuns pois, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO,1994).

Tendo em conta os aspectos acima arrolados referentes às políticas educacionais inclusivas, verifica-se a preocupação do Governo de Moçambique em garantir a Educação Inclusiva, através do desenvolvimento de um conjunto de políticas educacionais que visam garantir a inclusão de todos alunos em idade escolar com NEE, nas escolas comuns. Contudo, surge uma indagação sobre a divulgação destas políticas no Ensino Primário, nos níveis provincial, distrital, assim como sobre a eficácia na implementação das recomendações, quer sejam metodológicas, ou infra-estruturais, na formação de professores, entre outros indicadores, que concorreram para a elaboração da seguinte questão de pesquisa:

- ✓ *De que forma são implementadas as políticas de inclusão de alunos com NEE na Escola Primária Completa "Joaquim Chissano "no Distrito de Marracuene?*

1.2. Objectivos da pesquisa

A presente pesquisa é norteada pelos seguintes objectivos específicos:

1.2.1. Objectivo geral:

Analisar a implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE no Ensino Primário no Distrito de Marracuene.

1.2.2. Objectivos específicos:

- a) Identificar as políticas de inclusão de alunos com NEE implementadas na Escola Primária Completa Joaquim Chissano;
- b) Descrever as políticas de inclusão de alunos com NEE implementadas na Escola Primária Completa Joaquim Chissano;
- c) Explicar o impacto da implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE na Escola Primária Completa Joaquim Chissano.

1.2.3. Perguntas de pesquisa

- a) Que Políticas de inclusão de alunos com NEE são implementadas na Escola Primária Completa Joaquim Chissano?
- b) Como são implementadas as políticas de inclusão de alunos com NEE na Escola Primária Completa Joaquim Chissano?
- c) Qual é o impacto da implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE na Escola Primária Completa Joaquim Chissano?

1.3. Justificativa

O interesse pelo tema surgiu durante a frequência do curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação, especialmente nas cadeiras de Gestão de Projectos Educativos e de Saúde Escolar onde foram abordados vários conteúdos que envolvem a temática em abordagem, assim como, pela área profissional do autor (docência), que lhe coloca em situações de trabalhar com alunos com NEE.

Torna-se relevante o desenvolvimento do presente estudo, pois, a inclusão de alunos com NEE nos sistemas educacionais constitui uma dificuldade para inúmeros países ao nível mundial, processo norteado pela ratificação de determinados protocolos

internacionais que de certa forma obrigam os países a comprometerem-se no cumprimento com o plasmado nos mesmos.

A presente pesquisa justifica-se ainda, pelo facto do nosso país ter ratificado diferentes protocolos internacionais comprometendo-se a garantir a inclusão de todo e qualquer indivíduo em idade escolar com particular ênfase para a criança, resultando na adopção de políticas locais desenhadas tendo em conta o contexto sociocultural e económico do país.

O presente estudo é importante para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de educação, visto que contribuirá para a divulgação das políticas educacionais inclusivas vigentes no sistema educacional moçambicano. A nível social, contribuirá para a consciencialização dos pais e encarregados de educação bem como da sociedade em geral, sobre os direitos das crianças com NEE, que lhes é vedado o justo acesso à educação, violando-se vários protocolos como a DUDH, os Direitos da Criança (DC), a CRM entre outros instrumentos que defendem a educação para todos e a igualdade de oportunidades entre os seres humanos.

Para a academia, o estudo poderá fornecer linhas de pesquisa, de forma a conduzir conclusões complementares e mais aprofundadas sobre como tornar efectiva a implementação de políticas e estratégias relacionadas com a EI em Moçambique.

1.4. Contextualização

Este tópico aborda a temática referente ao percurso histórico das políticas e práticas de EI em curso no país, incluindo alguma legislação nacional, desde 1990 até actualidade com mais destaque para as seguintes:

- a) Lei do Sistema Nacional da Educação, n.º 18/2018, de 28 de Dezembro;
- b) Decreto n.º 53/2008, de 30 de Dezembro que aprova o Regulamento de Construção e Manutenção dos Dispositivos Técnicos de Acessibilidade, Circulação e Utilização dos Sistemas e Serviços de Lugares Públicos à Pessoa Portadora de Deficiência Física ou de Mobilidade Condicionada.
- c) Plano Estratégico de Educação 1999-2003 (MINED,1998); 2006-2010/11 (MEC,2006); 2012-2016 (MINED,2012) e 2020-2029 (MINEDH, 2020).
- d) Política Nacional de Educação (Resolução n.º 8/95, de 22 de Agosto);

Em Moçambique, o princípio da igualdade de oportunidades no acesso à educação surgiu com a Constituição da República Popular de Moçambique de 1975. No seu Artigo 26 estabelece que “todos os cidadãos da República Popular de Moçambique gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da sua cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social ou profissão (CRM,1975).

Todos os actos visando prejudicar a harmonia social, criar divisões ou situações de privilégio com base na cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social ou profissão, são punidos pela lei” (CRM,1975).

Segundo o Boletim da República de 1975, no seu artigo 31 estabelece que “na República Popular de Moçambique o trabalho e a educação constituem direitos e deveres de cada cidadão. Combatendo a situação de atraso criada pelo colonialismo, o estado promove as condições necessárias para a extensão do gozo desses direitos a todos os cidadãos.” (CRM, 1975).

Em 1992, visando o reajuste do quadro geral do SNE, foi revogada a Lei nº 4/83, de 23 de Março pela Lei nº 6/92, de 6 de Maio. Por conseguinte, o Governo Moçambicano adoptou a Política Nacional de Educação, através da Resolução nº 8/95, que operacionalizou o SNE, tendo sido concebido o primeiro Plano Estratégico da Educação (PEE-I) para o período de 1999-2003 que tinha como lema "Combater a Exclusão, Renovar a Escola" (MINED, 1998).

Foi neste contexto que no ano de 1998, em resposta a Declaração Mundial de Educação para todos (UNESCO, 1990), e à Declaração sobre Necessidades Educativas Especiais (UNESCO, 1994), foi formalmente introduzida a Educação Inclusiva em Moçambique pelo Ministério da Educação (MINED), como parte integrante do PEE-I, tendo iniciado um projecto designado “Escolas Inclusivas”. Em 1998, foi elaborado o Projecto Escola Inclusiva que defende o processo de integração da criança e jovens portadores de deficiência nas escolas regulares. No entanto, de acordo com este paradigma estes alunos devem adaptar-se às condições oferecidas pela escola uma vez que se considera

que o problema está dentro da criança. Por outro lado, no segundo modelo (Curricular), as crianças e os jovens com dificuldades de aprendizagem e aqueles que são portadores de deficiências devem estudar nas salas de aula do sistema regular de ensino. Neste sentido, o professor e as escolas devem buscar formas alternativas para responder a qualquer necessidade de aprendizagem que eventualmente possa surgir em qualquer período de escolarização.

Em outras palavras, o curriculum da escola deve ser adaptado às necessidades educativas de todas as crianças independentemente de suas particularidades e deve existir um compromisso de toda a comunidade escolar para apoiar os estudantes que apresentam dificuldades, objectivando a superação das mesmas e o sucesso académico. Assim, numa escola inclusiva, a “necessidade especial” de um aluno promove a compreensão da diversidade e a busca de alternativas diversas para a efetivação do processo ensino-aprendizagem, contexto este que favorece a aprendizagem de todos os estudantes.

Um ano depois, em 1999, foi aprovada a Política para a Pessoa com Deficiência através da Resolução nº 20/99, de 29 de Junho, alicerçada no “Princípio Constitucional de não Discriminação” que preconiza o acesso e integração nos estabelecimentos de ensino, com condições humanas, materiais e pedagógicas apropriadas. Pois, a concretização dos objectivos da política de EI não depende apenas da inserção de alunos com deficiência no sistema de ensino regular, faz-se necessária a criação de condições para a sua efectivação.

Com a aprovação da CRM 2004 em alteração à CRM de 1990, manteve-se o acesso à Educação como um direito fundamental de todos os cidadãos moçambicanos, que vem reafirmado nos artigos 35.º, 37.º, 88.º e 125.º, através do princípio da inclusão social e igualdade de oportunidades das pessoas com deficiência, também realçando a necessidade da criação de condições para que todos os cidadãos tenham acesso à educação.

O mesmo pode-se observar em relação aos Planos Estratégicos da Educação. De forma contínua, o princípio da inclusão foi contemplado nos Planos Estratégicos da Educação e Cultura PEEC 2006-2011 (MEC, 2006), PEE 2012-2016 (MINED, 2012) e o PEE

2020 – 2029 (MINEDH, 2020). Com o objectivo de melhorar a qualidade de ensino e no caso concreto a inclusão de crianças com NEE.

Não obstante, os esforços envidados pelo Governo desde a implementação da EI em 1998, Mandlate (2015), afirma que em Moçambique há um grande e generalizado distanciamento entre a formação de professores em termos de abordagem dos conteúdos alusivos às NEE e o perfil profissional dos formadores dos Institutos de Formação de Professores (IFP). Isso, por sua vez, não satisfaz às necessidades e exigências da diversidade dos alunos na sala de aula. Os IFP e as escolas do Ensino Básico defrontam-se com falta de recursos materiais, financeiros e humanos qualificados, para responderem à demanda das escolas inclusivas. Outrossim, observa-se a falta de conhecimento profundo por parte dos formadores e professores naquilo que é a abordagem inclusiva, assim como a ausência das equipas multidisciplinares para potenciarem as escolas no atendimento de crianças com NEE.

Para o sucesso da implementação da Educação Inclusiva em Moçambique, há certos aspectos por ter em conta. Nhapuala (2014), chama atenção, para a consciencialização social sobre o problema, criação de um quadro normativo apropriado, rede de apoio às escolas inclusivas e envolvimento da família.

Um outro ponto que merece a devida atenção é o facto da Lei n.º 18/2018, do SNE de 28 de Dezembro estabelecer um novo regime jurídico, nos seus princípios gerais, destacando no artigo 3, alínea a) “que educação, cultura, formação e desenvolvimento humano equilibrado e inclusivo é direito de todos os moçambicanos; ”os princípios pedagógicos no artigo 4 alínea h) determinam “o desenvolvimento de actividades e medidas de apoio e complementos educativos, visando contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso à educação e ao sucesso escolar.”

1.5. Recomendações internacionais de inclusão escolar

O Governo moçambicano ratificou a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CIDPD), através da Resolução nº 29/2010, de 31 de Dezembro e do respectivo Protocolo Facultativo pela Resolução n.º 30/2010, de 31 de Dezembro.

Tendo ratificado a CIDPD, o Estado assume a obrigação de criar Políticas Educacionais Inclusivas no país, conforme disposto no nº 1 do artigo 24:

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para realizar este direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes deverão assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.

Segundo Resende & Vital (2008), no que concerne à esfera educacional, a Convenção estabelece no nº 2 do artigo 24, que para a realização deste direito, os Estados Partes deverão assegurar que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob a alegação de deficiência; e
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem.

Segundo Resende & Vital (2008), as escolas públicas devem reger-se pelo sistema de Educação Inclusiva e incumbe-se ao Estado o dever de criar mecanismos (condições humanas e materiais) para que todos os cidadãos com deficiência, sejam inseridos no sistema de ensino regular e recebam o apoio necessário para a maximização das suas potencialidades, pois a Convenção estabelece no nº 2 do artigo 24 que para a realização deste direito (educação), os Estados Partes deverão assegurar que:

- a) As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vista a facilitar a sua efectiva educação; e
- b) Efectivas medidas individualizadas de apoio sejam adoptadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento académico e social, compatível com a meta de inclusão plena.

Assim, como forma de honrar com os compromissos assumidos internacionalmente, o Governo deve criar, junto das comunidades e das famílias, condições para que todos

aqueles que possuam algum tipo de deficiência, grave ou não, sejam incorporados no sistema de ensino regular e recebam apoio necessário para o seu desenvolvimento social e acadêmico.

CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA

O presente capítulo encontra-se subdividido em três partes que são o referencial teórico, o quadro conceitual e o estado da arte.

2.1. Referencial teórico

O referencial teórico estabelece as teorias da administração que suportam o tema em estudo. Este trabalho foi realizado à luz da Teoria de Relações Humanas e da Teoria dos Sistemas.

2.1.1 Teoria de relações humanas

De acordo com Chiavenato (2003), a teoria das relações humanas teve origem nos Estados Unidos da América, como resultado da experiência de Hawthorne, sob coordenação de Elton Mayo. Esta teoria, surge da necessidade de humanizar e democratizar a administração, colocando em questão os conceitos rígidos e mecanicistas da Teoria Clássica da Administração. Na teoria das relações humanas o ser humano é visto como *homo social* motivado pela necessidade de reconhecimento, aprovação social e participação nas actividades dos grupos sociais onde se encontra inserido.

Por seu turno Freire (2008), ao relacionar esta teoria com a inclusão de alunos com NEE, afirma que o paradigma de inclusão para além de ser um movimento educacional é também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceites e respeitados naquilo que os diferencia dos outros.

Na perspectiva da EI, a teoria de relações humanas dá suporte à abordagem centrada na pessoa proposta por Carl Rogers, pois segundo Amatto e Alves (2016), as concepções de Rogers sobre educação inclusiva possuem seus fundamentos nas necessidades da criança por completo, e não somente enquanto estudante. Sendo assim, é dever da escola assegurar uma educação adequada e dirigida para o desenvolvimento das competências da criança, compreendendo os níveis físico, emocional, social e afectivo. Corresponde a uma metodologia educativa que engloba o desenvolvimento pessoal do estudante e não apenas o intelectual.

2.1.2. Teoria dos sistemas

De acordo com Chiavenato (2003), a teoria dos sistemas concebe a organização como um sistema social constituído por subsistemas que devem interagir com o meio externo para garantir a sua sobrevivência. Assim, a organização é vista como um sistema aberto em constante interacção dual com o ambiente, isto é, influencia e é influenciado pelo meio circundante.

Nesta perspectiva, compreende-se que a escola é, também, um sistema aberto que influencia o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. De acordo com a Declaração de Salamanca, as escolas regulares-públicas, constituem meios mais capazes de combater as atitudes discriminantes, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos. Além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-comunidade, de todo o sistema educativo (UNESCO, 1994).

Desta forma, é importante destacar que na EI, a teoria dos sistemas, serve para fazer perceber aos intervenientes do processo de ensino-aprendizagem que o aluno com NEE não pode ser visto de forma isolada mas, é preciso considerá-lo como membro de uma turma, unido com os seus colegas por um vínculo que extravasa o ambiente escolar. Este vínculo, serve como um guião para a sua auto-superação e o consequente alcance dos objectivos propostos no SNE.

2.2. Quadro Conceitual

Esta secção apresenta, os conceitos que vão facilitar a compreensão da pesquisa, tais como: políticas educacionais, inclusão escolar, e Necessidades Educativas Especiais.

2.2.1. Políticas educacionais

De acordo com Tello e Jung (2015), políticas educacionais correspondem às políticas curriculares, políticas docentes, políticas de financiamento e outras, que podem ser observadas através do exercício do poder do governo, de actores sindicais, docentes e técnicos, nos níveis micro, meso e macro do sistema educativo ou na inter-relação entre eles.

Boneti (2007) afirma que a história dos estudos em política educacional está relacionada à teoria das escolhas racionais com vista a melhorar os serviços públicos estatais, sobretudo no período pós Segunda Guerra Mundial. Neste âmbito, ele entende políticas educacionais como um conjunto de ideias, estratégias e acordos que através de diferentes actores sociais, são debatidas e sintetizadas para orientar as acções do governo na área da educação visando promover a igualdade e equidade sociais.

Para Souza (2003) políticas educacionais, perfazem o campo de conhecimento que busca, ao mesmo tempo, (colocar o governo em acção) e/ou analisar essa acção e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas acções com o objectivo de consciencializar todas as entidades em relação à concepção da educação no país.

Através das diferentes ideias apresentadas pelos autores acima referenciados, foi possível compreender que as políticas educacionais são um conjunto de ideias e acções desencadeadas pelos diferentes actores sociais envolvidos na área da educação com vista a promoção da igualdade e equidade no meio escolar. Para o presente estudo, o conceito de políticas educacionais, poderá ajudar na compreensão dos esforços envidados a nível do governo para melhorar a EI no Ensino Básico.

2.2.2. Inclusão Escolar

Para Stubbs (2008, p. 168), “a Inclusão Escolar refere-se a um conjunto de estratégias, actividades e processos que procuram fazer do direito universal para a qualidade uma realidade importante e apropriada para a educação”.

O conceito de inclusão de acordo com Jesus e Martins (2000. p. 12),

Corresponde a um sistema de educação e ensino onde os alunos com NEE são educados na escola do bairro, em ambientes de salas de aula regulares, apropriados para a sua idade (cronológica), com colegas que não têm deficiências e são oferecidos ensino e apoio de acordo com as suas capacidades e necessidades individuais onde todos participam de igual forma.

De acordo com a UNESCO (1994, p. 11),

A inclusão no âmbito escolar consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades

diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades.

Com as definições acima apresentadas, pode-se perceber que a Inclusão Escolar, para além de promover a igualdade de oportunidades entre as crianças, também consciencializa as mesmas sobre a necessidade de conviverem juntas e partilharem o mesmo ambiente independentemente de terem ou não NEE. No âmbito deste estudo, o conceito em causa, poderá ajudar a perceber melhor a realidade do SNE no que concerne ao nível de implementação das políticas educacionais para a inclusão escolar de alunos com NEE.

2.2.3. Necessidades Educativas Especiais

De acordo com a UNESCO (1994, p. 6),

NEE refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares. Muitas crianças apresentam dificuldades escolares e consequentemente, têm NEE, em determinado momento da sua escolaridade. Esta perspectiva tem sido defendida e adoptada, recentemente, por vários autores.

Segundo Correia (1997) alunos com NEE são aqueles que, por exibirem determinadas condições específicas podem necessitar de apoio de serviços de educação especial durante todo ou parte do seu percurso escolar, de forma a facilitar o seu desenvolvimento académico, pessoal e sócio-emocional.

Brennan (1998), citado por Dengo (2015) refere que há uma NEE quando um problema (físico, sensorial, intelectual, emocional, social, ou qualquer combinação destas problemáticas) afecta a aprendizagem ao ponto de serem necessários acessos especiais ao currículo especial ou modificado, ou a condições de aprendizagem especialmente adaptadas para que o aluno possa receber uma educação apropriada.

As ideias apresentadas pelos autores acima citados, transmitem a percepção de que as NEE, estão relacionadas com patologias que causam dificuldades de aprendizagem, que o aluno pode enfrentar ao longo do seu percurso académico, carecendo de uma atenção ou apoio especial. No âmbito da presente pesquisa, o conceito servirá como alicerce para a melhor percepção das NEE dos alunos do Ensino Básico, no geral, e da EPC "Joaquim Chissano", em particular.

2.2.4. Deficiência

Os estudos sobre deficiência surgiram no Reino Unido nos anos 1970. Deficiência não é mais uma simples expressão de uma lesão que impõe restrições à participação social de uma pessoa (Débora, 2007).

De acordo com a (Lei n. 7853, 1989) Deficiência – é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de actividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Para Azevedo (2003, p.78),“deficiência é o termo usado comumente para definir disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica. Esse termo pode ser utilizado para referir-se a pessoa com qualquer tipo de deficiência ou incapacidade”.

As definições de deficiência acima apresentadas, aliadas ao contexto da presente pesquisa, induzem ao pensamento de que uma anormalidade no funcionamento da função psicológica, física ou sensorial da criança, não pode ser motivo para que seja impedida de frequentar uma escola regular.

2.2.5. Relação entre Deficiência, NEE e Dificuldades de Aprendizagem

O trinómio deficiência, NEE e dificuldades de aprendizagem, representa a síntese dos elementos fundamentais para que o aluno possa realizar as actividades de forma socialmente esperada em função das suas condições e necessidades, considerando que a peculiaridade de ter deficiência modifica a forma como a pessoa atribui significados (Amaral, 1995).

Amaral (1995) acrescenta ainda que, há que se olhar o aluno com NEE como um sujeito que, apesar de possuir uma especificidade (deficiência) que o diferencia dos demais, deve ser visto como um sujeito pleno e historicamente situado, capaz de responder com competência as exigências do meio, contando que lhe sejam oferecidas condições para tal.

O trinómio acima descrito, transparece uma ideia de que o aluno com deficiência ou com NEE, deve ser enquadrado positivamente no contexto em que o mesmo encontra-se inserido. Este enquadramento, passa por lhe integrar nas diversas actividades curriculares e não-curriculares junto com as demais crianças da mesma idade ou nível, cabendo ao professor/educador apoiar naquilo que o mesmo precisar sem no entanto limitá-lo ou emitir juízos de valor em relação às suas dificuldades ou incapacidade. Há que ter em consideração ainda que o ambiente em que o aluno deve estar positivamente inserido, não deve-se limitar ao nível escolar, daí que são chamados todos os integrantes da sociedade a prestarem o seu total apoio às crianças.

2.3. Estado da Arte

A inclusão de alunos com NEE é uma temática contemporânea que merece especial atenção dos investigadores nos níveis nacional e internacional. A nível internacional, para melhor fazer-se uma analogia concernente à implementação de políticas de EI, recorreu-se aos estudos realizados no Brasil, que apesar de ser um país com um nível adiantado de implementação deste processo, ainda persistem alguns desafios. Frias (2009) afirma que entre tantas dificuldades enfrentadas na implementação da EI, destaca-se a falta de preparo dos professores, bem como a falta de infra-estruturas das escolas. Os professores, na sua maioria, não foram preparados para lidar com a diversidade, com as especificidades de cada aluno, assim como também as escolas não passaram por um processo de reestruturação. Por isso, colocar o aluno em uma sala regular e não atender o que realmente ele necessita, não é inclusão. Por seu turno Filho e Moura (2013) afirmam que a inclusão dos alunos com NEE nas salas de ensino regular, torna-se um grande benefício para todos os que estão nela, principalmente para os estudantes sem deficiência, pois a grande maioria descobre ter capacidade de praticar actos solidários e cooperativos desde cedo, o que os torna mais compreensivos, tolerantes e mais confiantes na relação com os outros.

Entretanto, em Moçambique, são poucos os investigadores que se ocupam a pesquisar esta área, com mais destaque para o Ensino Básico. No domínio do "estado da arte", da presente pesquisa, podem destacar-se os estudos de Nguenha (2018), que afirmar que a concretização dos objectivos da implementação da EI, gera constrangimentos à comunidade, devido à falta de reestruturação da realidade escolar. Acrescenta ainda que o contexto da implementação da política de EI em Moçambique, é pouco concisa pois, se por um lado se compreendem os objectivos da implementação, a sua prática não obedece aos princípios orientadores e são poucas as acções do MINEDH que contribuem para o sucesso deste processo. Por seu turno Dossá (2019), dá a sua contribuição na área em estudo ao defender que “a inclusão de crianças com deficiência coloca à escola o desafio de criar condições com vista ao desenvolvimento académico e social”. Aponta, igualmente, a necessidade da colaboração e cooperação com serviços de apoio especializados e educação/aconselhamento aos pais para se darem respostas adequadas às características e necessidades da criança.

Mesmo reconhecendo a importância destes estudos no que concerne à EI, em Moçambique, através do presente estudo pretende-se apresentar uma análise da implementação das políticas educacionais de inclusão de alunos com NEE, tendo como base uma escola do Ensino Básico.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

Este capítulo faz referência dos procedimentos que serão adoptados de forma a chegar-se aos resultados. Assim, faz-se a referência ao tipo de estudo, método de estudo, à população e amostra, às técnicas e instrumentos de recolha de dados, à validade e fiabilidade, à análise dos dados, às limitações e às questões éticas.

3.1. Classificação da pesquisa

Quanto a sua classificação, a presente pesquisa é abordada quanto a sua natureza, aos seus procedimentos, aos seus objectivos e ao seu método.

3.1.1 Quanto a natureza

Quanto à natureza, é uma pesquisa empírica, pois a ideia essencial na pesquisa empírica é o uso dos dados ou informação observável como um caminho para responder às perguntas de pesquisa ou desenvolver e testar hipóteses (Mutimucio, 2008). A realização desta pesquisa prende-se com a necessidade de compreender, na prática, os desafios da comunidade escolar na implementação da política de EI.

3.1.2 Quanto aos procedimentos

Trata-se de um “estudo de caso”, pois procura analisar de forma profunda uma determinada realidade, neste caso, os desafios da comunidade escolar na implementação da política de Educação Inclusiva no Distrito de Marracuene e, em particular, na EPC “Joaquim Chissano” localizada na província de Maputo.

3.1.3 Quanto aos objectivos

Quanto à finalidade, esta pesquisa tem como objectivo analisar com relativa profundidade um determinado fenómeno. No caso da escola, criou-se condições para melhorar a acessibilidade aos edifícios, bem como a colocação de rampas nas extremidades das salas. Fez-se o enquadramento dos alunos com e sem NEE em turmas de forma natural e também, o acompanhamento desses alunos, tanto dentro assim como fora da sala de aulas pelo professor bem como membros de direcção (Gil, 2008).

3.1.4 Quanto ao método

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, em função do problema de pesquisa formulado e dos procedimentos empregues na busca de respostas às perguntas

colocadas, ainda que o tratamento de certos aspectos tenha privilegiado uma abordagem quantitativa. (Terence & Filho, 2006).

3.2 Descrição do local do “estudo de caso”

Quanto a descrição do local do estudo de caso, há que ter em conta a localização da escola, a estrutura administrativa, o historial da escola e por fim a população e Amostra (participantes).

3.2.1 Localização da Escola

A Escola Primária Completa "Joaquim Chissano", localiza-se no distrito de Marracuene, no bairro Cumbeza-2. Está delimitada a norte pelo bairro Mumemo-1, a sul pelo bairro Intaka, a Este pelo bairro Agostinho Neto e a Oeste pelo bairro Malí.

3.2.2 Estrutura Administrativa da Escola

Aos órgãos do governo compete dirigir a Escola nas suas actividades científica, pedagógica, cultural e de interacção com a sociedade, bem como assegurar a gestão dos seus recursos e são estes os órgãos da Escola:

a) Conselho da Escola

É um órgão máximo do estabelecimento e tem como funções:

Ajustar as directrizes e metas estabelecidas, a nível central e local, à realidade da escola; Garantir a gestão democrática, solidaria e co-responsável (MEC, 2008).

b) Direcção da Escola

É composta pelo director da escola, que é responsável pela gestão, coordenação e liderança da instituição. No exercício das suas funções, a Direcção da Escola é auxiliada pelos responsáveis de Desporto Escolar, Cultura, Saúde e Higiene Escolar e Produção Escolar. Os responsáveis de Desporto Escolar; Cultura e Saúde e Higiene Escolar são professores indicados pelo Director da Escola para o exercício dessas funções (MEC, 2008).

(i) Director da Escola

É um professor nomeado pelo Administrador Distrital sob proposta do Director do Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia. Deve dar aulas e estar habilitado a leccionar a classe mais elevada existente na respectiva escola (MEC, 2008).

(ii) Director Adjunto Pedagógico

É nomeado pelo Administrador Distrital sob proposta do Director da Escola e com o parecer do Director do Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia. Deve dar aulas e estar habilitado a leccionar a classe mais elevada existente na respectiva escola (MEC, 2008).

(iii) Chefe de Secretaria

É um funcionário administrativo, nomeado pelo Administrador Distrital, sob proposta do Director da Escola e com o parecer do Director do Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia (MEC, 2008).

(iv) Conselho Pedagógico

É o órgão de apoio técnico, científico e metodológico do Director da Escola em matéria pedagógica (MEC, 2008).

Compõem o Conselho Pedagógico:

- a) Director da Escola;
- b) Director Adjunto Pedagógico;
- c) Coordenadores de Ciclos; e
- d) Coordenadores de áreas.

(v) Coordenadores dos Ciclos

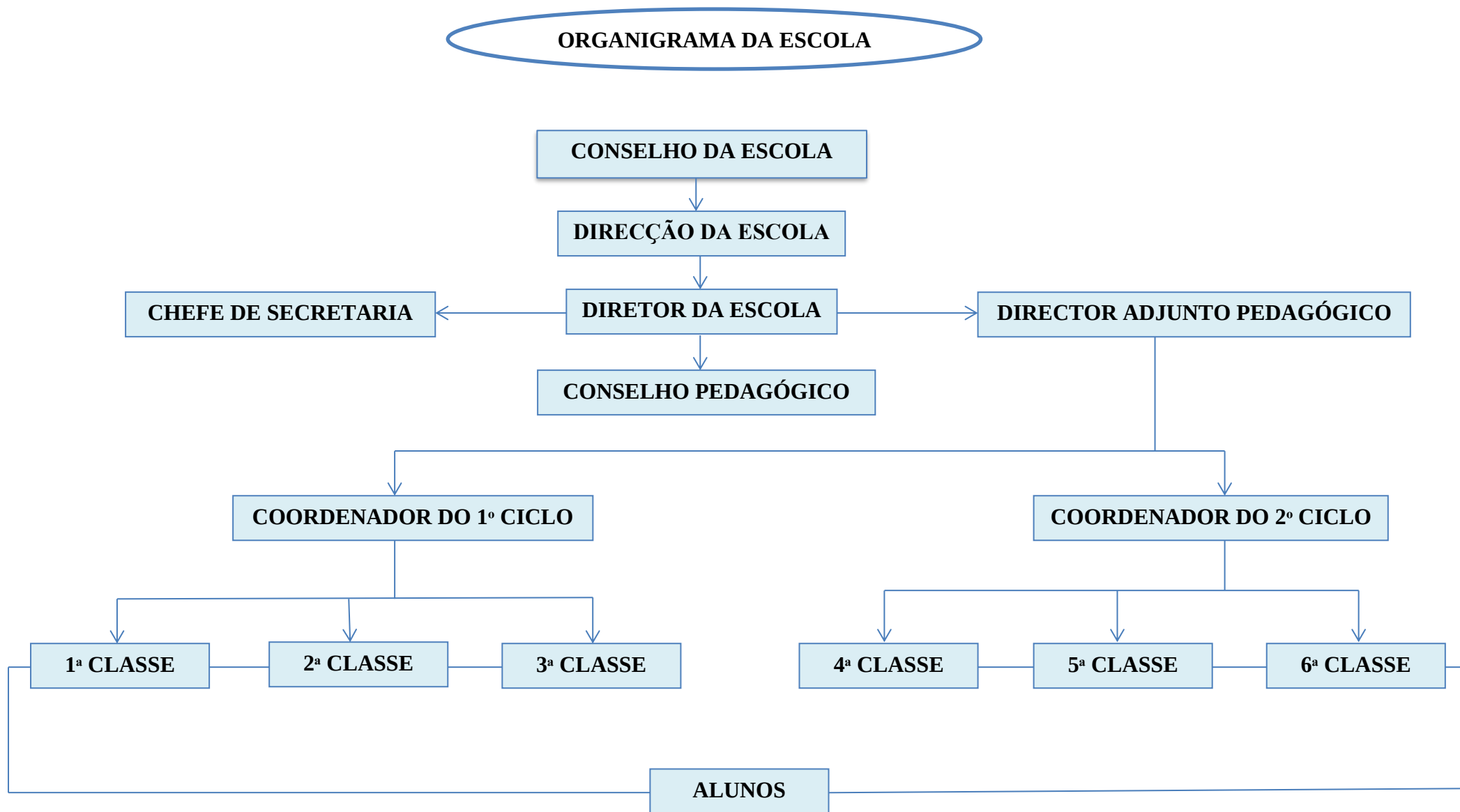
É um professor que dirige, coordena e supervisiona todas as actividades do ciclo e vela pela correcta aplicação dos programas e planos curriculares do respectivo ciclo.

Nas escolas do 1º Grau (EP1), o coordenador do ciclo é também coordenador de áreas.

Nas escolas do 2º Grau (EP2), o coordenador do ciclo é o Director Adjunto Pedagógico (MEC, 2008).

(vi) Alunos

É muito importante, pois eles são um aliado na busca pelo conhecimento e no desenvolvimento da sociedade. Estes, encontram-se na escola, inseridas em salas de aulas segundo a classe em que cada um frequenta e organizados em Ciclos de aprendizagem.



Fonte: EPC Joaquim Chissano, 2022

3.2.3 Historial

A escola começou a funcionar como anexa da EPC de Cumbeza, no ano de 1998 com uma turma da 1ª classe e outra da 2ª classe, nas instalações da Igreja Apostólica, situada ao lado da actual escola. Em 2003, a família Mabota atribuiu uma parcela à escola com uma área de 2.16 hectares onde a escola funciona até então. Tendo ficado autónoma, foi empossado um director para dirigir. Nesse período, a escola contava com 3 (três) salas de construção precária (caniço). Em 2005, com os fundos do Governo, foram construídas 3 (três) salas de aula e 1 (um) Bloco Administrativo e em 2007, foi implantada pelos pais e encarregados de educação uma sala de aulas (EPC Joaquim Chissano, 2022).

Em 2010, na sequência de um vendaval que assolou a zona Sul do país, o tecto da escola foi destruído e não teve reposição até 2016. Em 2014, um novo director tomou posse no âmbito da reforma do antigo director. Em 2016, a escola firmou uma parceria com a Igreja Jesus Cristo do Sétimo Dia, tendo contado também com a colaboração dos pais e encarregados de educação, onde conseguiu angariar fundos para levar acabo a reabilitação das salas destruídas (EPC Joaquim Chissano, 2022).

Em 2018, a escola beneficiou-se da construção de 3 (três) salas de aulas com fundos do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. Com a criação de turmas anexas da Escola Secundaria de Michafutene e em parceria com os pais/encarregados de educação, levou-se a cabo a construção de mais 3 (três) salas de aulas, de construção convencional, que contou também, com a parceria do Governo para o término das mesmas. Em 2021, mais 6 (seis) salas eram implantadas pela Direcção Provincial de Educação, salas de construção mista. Actualmente a escola conta com 16 (dezassex) salas de aulas devidamente mobiliadas e um bloco administrativo. Porém, é anseio da Direcção juntamente com o Conselho da Escola, construir pelo menos 5 salas de aulas para satisfazer a demanda, tendo em conta que ela beneficia a população de seis (6) bairros, nomeadamente, Cumbeza-2, Malí, Michafutene, Mumemo – 1, Intaka e Agostinho Neto (EPC Joaquim Chissano, 2022).

3.3 População e Amostra (Participantes)

No presente estudo, define-se como população o universo de toda comunidade escolar, mais especificamente, os alunos com NEE da Escola Primária Completa "Joaquim Chissano".

3.3.1 População

População ou universo, é um conjunto de indivíduos ou objectos que apresentam uma ou mais características em comum, por outra, é o conjunto de elementos para os quais deseja-se tirar conclusões sobre a pesquisa e que sejam validadas, com a possibilidade dos seus elementos e resultados poderem ser obtidos e mensurados nas mesmas condições em outros contextos (Barbetta, 2008).

No contexto do presente estudo, a população é formada por 2441 alunos, dos quais 1187 são do sexo feminino e 1254 do sexo masculino; 49 professores, dos quais 40 são do sexo feminino e 9 do sexo masculino; 3 membros de Direcção, todos do sexo masculino; 6 funcionários não docentes dos quais 5 são do sexo feminino e 1 do sexo masculino. Assim, o universo populacional deste estudo, é formado por 2499 indivíduos dos quais 1232 do sexo feminino e 1267 do sexo masculino.

Tabela I: Disposição de alunos por classe e sexo.

Classes	Alunos		NEE		Total
	Sexo F	Sexo M	F	M	
1ª	116	95	1	---	211
2ª	152	198	2	1	350
3ª	150	147	---	---	297
4ª	159	193	1	1	352
5ª	193	209	---	6	402
6ª	181	167	2	2	348
7ª	236	245	---	---	481
Total	1187	1254	6	10	2441

Fonte: EPC – Joaquim Chissano, (2022).

Segundo a Tabela I o número dos alunos por classe, encontra-se distribuída da seguinte maneira: 1ª classe tinha 211 alunos no geral, sendo 116 do sexo feminino e 95 do sexo masculino. Na 2ª classe, tinha um total de 350 alunos, sendo que 152 eram do sexo feminino e 198 do sexo masculino; 3ª classe, tinha no geral 297 alunos, sendo que 150 eram do sexo feminino e 147 do sexo masculino; 4ª classe, tinha no geral 352 alunos, onde 159 eram do sexo feminino e 193 do sexo masculino; 5ª classe, tinha 402 alunos

no geral, sendo que 193 eram do sexo feminino e 209 do sexo masculino; 6ª classe, no geral tinha 348 alunos, onde 181 eram do sexo feminino e 167 do sexo masculino; e por fim a 7ª classe, tinha 481 alunos no geral, sendo que 236 eram do sexo feminino e 245 do sexo masculino.

Neste universo de alunos, incluía também alunos com NEE, onde estavam distribuídos da seguinte maneira por classe: Na 1ª classe, tinha 1 aluno do sexo feminino com dificuldades de aprendizagem; 2ª classe, 3 alunos, sendo 2 do sexo feminino, uma com deficiência visual e a outra com deficiência auditiva e 1 do sexo masculino com deficiência visual; Na 4ª classe, tinha 2 alunos, sendo 1 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, ambos com dificuldades físico-motora; 5ª classe, 6 alunos e todos do sexo masculino, onde 2 tinha deficiência visual, 1 com dificuldade auditiva, 3 com deficiência físico-motora; e na 6ª classe, tinha 4 alunos, sendo 2 do sexo feminino e 2 do sexo masculino, onde 2 do sexo feminino e 1 do sexo masculino tinha deficiência visual e 1 do sexo masculino com deficiência auditiva.

Tabela II: Composição, funções e categorias do corpo docente da escola

Função	Sexo		Categoria				TSPN ₁		Técnico		Total
	F	M	DN ₁		DN ₃		F	M	F	M	
Professores	40	9	13	3	25	6	1	1	---	---	49
Conselho da escola	10	11	---	---	---	---	---	---	---	---	21
Direcção	---	3	---	1	---	1	---	---	---	1	3
Funcionários não docentes	5	1	---	---	---	---	3	1	1	1	6
Total	55	24	13	4	25	7	4	2	1	2	79

Fonte: EPC – Joaquim Chissano, (2022).

Com base nas duas tabelas (I e II), onde a tabela I fala da Disposição de alunos por classe e sexo e tabela II fala de Composição, funções e categorias do corpo docente da escola, no entanto, o universo populacional tendo em conta os dados das tabelas é formando por 2520 elementos, sendo 1242 do sexo feminino e 1278 do sexo masculino.

3.3.2 Amostra (participantes)

Tendo em conta que não podem participar todos na pesquisa, recorreu-se à selecção aleatória por conveniência para identificar os 41 participantes (12 professores, 3 membros da Direcção, 10 encarregados de educação e 16 alunos com NEE) como ilustra a tabela abaixo:

Tabela III: Participantes na Pesquisa.

Função	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
Alunos com NEE	6	10	16
Direcção	0	3	3
Conselho de Escola	5	5	10
Professores com alunos com NEE			
Na 1ª classe, tinha professor	1	0	1
Na 2ª classe, tinha professores	3	0	3
Na 4ª classe, tinha professores	2	0	2
Na 5ª classe, tinha professores	3	1	4
Na 6ª classe, tinha professores	2	0	2
Total	22	19	41

Fonte: EPC – Joaquim Chissano, (2022).

Tabela IV: Alunos com NEE

Classe	Sexo		Tipo de Deficiência por cada aluno
	F	M	
1ª	1	0	Dificuldades de aprendizagem
2ª	2	1	Um de sexo feminino e um de sexo masculino, com deficiência visual; Um de sexo feminino com deficiência auditiva.
4ª	1	1	Ambos com deficiência físico-motora
5ª	0	6	Dois com deficiência visual; Um com deficiência auditiva; e Três com deficiência físico-motora.
6	2	2	Dois do sexo feminino e um do sexo masculino com deficiência visual; e Um do sexo masculino com deficiência auditivo.
Total	6	10	

Fonte: EPC – Joaquim Chissano, (2022).

3.4. Técnicas, instrumentos e procedimentos de recolha de dados

Nesta pesquisa foram usadas as técnicas e respectivos instrumentos de recolha de dados, nomeadamente, a entrevista semi-estruturada (guião de entrevista), a observação de aulas não participante (grelha de observação de aulas), e a análise documental (ficha de leitura).

A entrevista é uma técnica que permite realizar a conversação face-a-face, e proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária. Gil (1999) reconhece que “...é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer ou fazem, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes”.

A Observação é uma técnica que consiste numa actividade deliberada e controlada de colecta de dados que envolve o critério da intersubjectividade, ou seja, outro observador, na mesma situação obtém a mesma conclusão (Gonçalves, 2005). Utilizam-

se os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade e consiste em ver, ouvir e examinar factos ou fenómenos (Marconi & Lakatos, 2003).

Guba e Lincoln (1981) definem a análise documental como sendo um intenso e amplo exame de diversos materiais que não foram utilizados para nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, buscando outras interpretações ou informações complementares, sendo essa busca feita por meio de documentos. Além disso, consoante Cellard (2008), a análise documental favorece o processo de maturação ou de evolução do grupo a ser estudado.

Através das técnicas e respectivos instrumentos acima definidos, foram sistematizadas as repostas das seguintes perguntas de pesquisa:

- a) Que políticas de inclusão de alunos com NEE são implementadas na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”?

A ficha de leitura e o guião de entrevista semi-estruturada foram os instrumentos usados para sistematizar as respostas da pergunta apresentada.

Com a ficha de leitura pretende-se agregar os aspectos relacionados com as políticas de inclusão de alunos com NEE extraídas da seguinte documentação: (i) - Regulamento Interno da Escola; (ii) Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE); (iii) Planos Trimestral e Anual da Escola; (iv) Relatório Trimestral e Anual da Escola; (v) Plano Anual das Actividades do Conselho da Escola; e (vi) Relatórios Trimestral e Anual do Conselho da Escola.

Com o guião de entrevista semi-estruturada, pretende-se identificar as políticas de inclusão de alunos com NEE implementadas na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”. Serão abrangidos, três membros de Direcção, nomeadamente o Director, o Director Adjunto Pedagógico e o Chefe da Secretaria e, também, 12 professores cujas turmas foram identificados alunos com NEE.

- b) Como são implementadas as políticas de inclusão de alunos com NEE na Escola Primária Completa "Joaquim Chissano"?

O guião de entrevista semi-estruturada, a ficha de leitura e a grelha de observação de aulas não participante foram os instrumentos aplicados para sistematizar as respostas da pergunta apresentada.

Com o guião de entrevista semi-estruturada, pretende-se perceber de que maneiras são implementadas as políticas de inclusão de alunos com NEE.

Com o guião de entrevista semi-estruturada, pretendeu-se perceber de que maneiras são implementadas as políticas de inclusão de alunos com NEE. Foram abrangidos 12 professores das turmas onde foram identificados alunos com NEE.

Com a ficha de leitura, pretendeu-se fazer o levantamento de como são aplicadas as políticas de inclusão de alunos com NEE extraídas da seguinte documentação: (i) Processo Individual do Aluno; (ii) Boletim de Matrícula; (iii) Livro de Matrícula; e (iv) Lista de Afectação na Turma. Com este documento, procurava-se ilustrar como os alunos com NEE eram recebidos e enquadrados nas turmas regulares.

Com a grelha de observação verificou-se de que maneiras foram aplicadas as políticas de inclusão de alunos na sala de aulas. Sua disposição em termos de lugar ocupado ou responsabilidade assumida na sala de aulas, na composição dos grupos, na atribuição de tarefas, na interacção entre professor e alunos com deficiência e alunos sem deficiência. A observação, foi realizada no recinto escolar durante o recreio e nas aulas. Foram abrangidos 12 professores em interacção com os seus alunos e 3 membros da Direcção.

c) Qual é o impacto da implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE na Escola Primaria Completa Joaquim Chissano?

A grelha de observação de aulas não participante e o guião de entrevista semi-estruturado foram os instrumentos usados para sistematizar as respostas da pergunta apresentada.

Com grelha de observação verificaram-se os resultados da implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE. A observação foi para se perceber deste grupo, o impacto que essas políticas trazem para a escola.

Com o guião de entrevista, pretendia-se perceber o impacto que está a ter a implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE na escola. Abrangiu os pais e encarregados de educação de alunos com NEE, 12 professores de alunos com NEE, três membros de Direcção e 16 alunos com NEE.

As entrevistas com os membros de Direcção e os professores da EPC “Joaquim Chissano”, visavam responder a primeira e a segunda questão de pesquisa: 1. Quais são as principais estratégias de inclusão de alunos com NEE vigentes na EPC “Joaquim Chissano”? 2. Que indicadores de inclusão de alunos com NEE vigoram na EPC “Joaquim Chissano”?

As entrevistas foram realizadas durante os meses de Maio e Junho de 2022, dentro do recinto escolar, marcadas de acordo com a disponibilidade dos participantes da pesquisa. Entrevistou-se 20 professores dos quais 15 eram do sexo feminino e 5 do sexo masculino, o Director e o Director Adjunto da Escola. Estes números, justificaram-se pelo facto de instituição ter 82% de professores do sexo feminino e apenas 18% do sexo masculino.

3.5. Técnicas de Validação e Fiabilidade dos Instrumentos

A pré-testagem dos instrumentos com vista à validação e comprovação da fiabilidade dos instrumentos de pesquisa, foi realizado na Escola Primária do Completa "Eduardo Mondlane". Neste processo, foram realizadas entrevistas e inquéritos com vista a aferir se o vocabulário usado nos dois instrumentos era adequado para o grupo-alvo da pesquisa, assim como a pertinência das variáveis estudadas através da grelha de observação. Com os resultados obtidos, foram reformuladas e retocadas algumas situações relacionadas com a linguagem utilizada nas perguntas para a entrevista. Para tal, foram efectuadas entrevistas ao Director e Director Adjunto Pedagógico e 6 professores., foram abrangidos 5 pais e encarregados de educação.

3.6. Estratégias de Sistematização e Análise de Dados

Para o processo de sistematização e análise de dados, recorreu-se a Bardin (2006), que na sua abordagem sugere três fases nomeadamente: (i) pré-análise, (ii) exploração do material e (iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação:

- a) Na pré-análise, fez-se a organização do material obtido com o objectivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Foi feita a descrição da amostra populacional e de seguida a leitura das informações colectadas durante o trabalho no campo;
- b) Na exploração do material, foram obtidos registos por meio do questionário, entrevistas e observações, seleccionados minuciosamente para constarem no texto escrito tendo em conta os objectivos traçados no trabalho. As respostas dadas pelos entrevistados foram organizadas consoante as perguntas de pesquisa de modo a facilitar a análise das mesmas; e
- c) No tratamento dos resultados inferência e interpretação, foi feita a condensação e o destaque das informações obtidas no campo para análise, culminando nas interpretações inferenciais. Por fim, foi feita a análise reflexiva e crítica. Após organizar os dados por pergunta de pesquisa, fez-se a leitura e interpretação dos resultados.

3.7. Limitações do Estudo

Ao longo da realização da presente pesquisa, registou-se o enfrentamento de alguns constrangimentos provenientes do local de estudo e das pessoas envolvidas no mesmo, destacando os seguintes:

- a) Falta de informação na escola sobre a temática de NEE;
- b) Receio dos pais e encarregados de educação em dar detalhes sobre as dificuldades que os seus educandos enfrentam no processo de ensino-aprendizagem;
- c) Receio dos intervenientes na pesquisa em manterem contacto com o pesquisador temendo a propagação da pandemia da COVID-19;
- d) Pais e encarregados de educação que não quiseram "expor" os seus filhos com NEE, ao fazerem parte da pesquisa;
- e) Direcção da Escola e professores que podem precisar da autorização dos pais e encarregados de educação para partilharem informações referentes aos alunos com NEE; e
- f) Falta de seriedade por parte dos participantes na pesquisa, ao fornecerem informações sobre alunos com NEE.

Mesmo com uma previsão de problemas de vária ordem incluindo os acima apresentados, houve esforços para o alcance dos resultados apresentados.

3.8. Questões Éticas

Quanto aos procedimentos éticos, para a realização da presente pesquisa foram observados todos os aspectos considerados importantes. Em primeiro lugar, foi passada uma credencial que foi apresentada na escola e a todos os intervenientes na pesquisa, tendo sido explicados sobre todos os procedimentos inerentes a ela.

O processo de recolha de dados foi caracterizada pelo respeito e autonomia individual dos participantes face à necessidade de obterem-se consentimento livre, esclarecido e informação, ou seja, o estudo foi pautado pela garantia de respeito a privacidade de todos os participantes.

CAPITULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo, trás a apresentação e discussão dos resultados por via dos instrumentos aplicados dos quais, destacam-se: (i) a ficha de leitura, usada para a análise de documentos normativos da Escola; (ii) o guião de entrevista, aplicado em 3 membros da Direcção, 12 professores e 8 pais ou encarregados de educação dos alunos com NEE; e (iii) grelha de observação não participante de aulas de 12 professores de alunos com NEE.

4.1. Apresentação dos resultados

Neste ponto, são apresentados os resultados obtidos através de instrumentos aplicados, para a identificação, implementação, e impacto das políticas de inclusão de alunos com NEE na Escola Primária Completa "Joaquim Chissano".

4.1.1. Identificação das políticas de inclusão de alunos com NEE, implementadas na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”

Dos documentos normativos da escola e das entrevistas feitas aos professores e membros da Direcção, foram obtidos os seguintes resultados:

a) Resultados obtidos através da ficha de leitura

(i) O Regulamento Interno da Escola no capítulo II, diz:

- ✓ Deve-se garantir o acesso às crianças com NEE (no artigo 6, número 1);
- ✓ As salas de aulas deverão ter no mínimo um quadro preto, uma secretária, uma cadeira, 25 carteiras duplas, 1 armário para material didáctico, trabalhos feitos pelos alunos e equipamento específico para alunos com NEE (nº 2 do artigo anterior); e
- ✓ Deve-se garantir a acessibilidade aos edifícios, isto é, existência de rampas e eliminação de degraus acentuados na entrada das salas, para facilitação da circulação de alunos com mobilidade condicionada (nº 3 do mesmo artigo).

(ii) Segundo o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), há que:

- ✓ Sensibilizar a classe docente no tratamento não diferenciado dos alunos com e sem NEE, dando-lhes tarefas iguais e enquadramento em turmas regulares; e
- ✓ Firmar parcerias para a construção de três salas de aula, respeitando a inclusão escolar.

(iii) Os Planos Trimestral e Anual da Escola, de 2022, dizem:

- ✓ Receber os alunos com e sem NEE; e

- ✓ Acompanhar o processo de afectação na turma dos alunos com NEE.

(iv) Os Relatórios Trimestral e Anual de 2022, reportam que:

- ✓ Tiveram em conta os aproveitamentos alcançados pelas doze turmas que incluíam alunos com NEE, atingindo os 96,7%; e um aproveitamento positivo de 75% apenas dos alunos com NEE.
- ✓ Perspectivaram possíveis soluções para melhorias do desempenho pedagógico no geral, que foi de continuarem a focalizar o ensino nos alunos, com maior destaque naqueles que têm NEE.

(v) O Plano Anual das Actividades do Conselho da Escola, de 2022, perspectivava:

- ✓ Sensibilizar na comunidade, os pais e encarregados de educação para matricularem crianças em idade escolar para novo ingresso, com maior destaque para aquelas com NEE.

(vi) Os Relatórios Trimestral e Anual do Conselho da Escola de 2022, reportam:

- ✓ O alcance em 100% das matrículas planificadas, devido ao apoio dos pais e encarregados de educação e com especial atenção para os alunos com NEE.

b) Resultados obtidos através da aplicação do guião de entrevista semi-estruturada

No ponto em alusão, dá-se a conhecer, como são as políticas de inclusão de alunos com NEE, bem como a utilidade delas e os aspectos comuns que dentre elas apresentam. Foi possível obter os resultados através da entrevista realizada aos professores.

(i) Resultado das entrevistas semi-estruturada feita aos 12 professores

Da entrevista feita aos professores, sobre as políticas de inclusão de alunos com NEE, constatou-se o seguinte:

- ✓ Quatro professores, falaram da recepção oferecida aos alunos pela escola;
- ✓ Três, focaram na forma de enquadramento dos alunos com NEE, nas turmas (sem discriminação);
- ✓ Três, falaram da acessibilidade aos edifícios escolares; e
- ✓ Dois, focaram no apoio dado pela escola em relação às crianças com NEE.

Sobre a utilidade das políticas de inclusão de alunos com NEE:

- ✓ Dois professores, falaram que devia haver igualdade no tratamento dos alunos;
- ✓ Cinco, apontaram o respeito sobre as diferenças que cada um apresenta;
- ✓ Dois, pautaram pela eliminação das barreiras que existiam em relação às crianças com NEE; e

- ✓ Três professores, apresentaram a situação de levar-se a escola no topo da linha de Educação Inclusiva.

Sobre os aspectos comuns, das políticas de inclusão de alunos com NEE:

- ✓ Cinco professores, apontaram na forma de enquadramento implementada pela escola e o encaminhamento dos alunos até as respectivas turmas;
- ✓ Um, apontou os conteúdos que eram leccionados sem discriminação;
- ✓ Três, vincaram o tratamento dos alunos dentro e fora da sala de aula pela Direcção e professores; e
- ✓ Três, foram de encontro com o enquadramento aleatório, sem discriminação.

(ii) Resultados da entrevista semi-estruturada feita aos três membros de Direcção

Este ponto, faz referência aos resultados obtidos através das entrevistas realizadas aos três membros de Direcção da Escola, nomeadamente, o Director da Escola, o Director Adjunto Pedagógico e o Chefe da Secretaria.

Director da Escola

Da entrevista feita ao Director da Escola, registou-se o seguinte:

- ✓ Foram criadas condições básicas de acessibilidade aos edifícios;
- ✓ Os alunos foram tratados de forma igual dentro da sala de aula;
- ✓ Foi garantida a afectação dos alunos nas turmas sem olhar para a sua condição social;
- ✓ Foram respeitadas as diferenças que cada criança apresentava; e
- ✓ Foram atendidos todos pais e encarregados, observando o protocolo desenhado pela escola.

Director Adjunto Pedagógico

Da entrevista feita ao Director Adjunto Pedagógico, registou-se o seguinte:

- ✓ Foi melhorada a acessibilidade aos edifícios escolares;
- ✓ Foi garantida a afectação dos alunos nas turmas sem que houvesse a discriminação;
- ✓ Foi criado o ambiente de interacção entre alunos e professores;
- ✓ Foi desenhado um padrão de infra-estruturas que observa a inclusão escolar; e
- ✓ Foram recebidos os encarregados, satisfazendo as inquietações por eles apresentadas.

Chefe da Secretaria

Da entrevista realizada ao Chefe da Secretaria, registou-se o seguinte:

- ✓ Foi garantido o mobiliário escolar que se adequava a todas as crianças;

- ✓ Foram reabilitados os sanitários e estão em altura de satisfazer a todos;
- ✓ Foi permitido que todos os alunos fossem tratados de igual maneira, sem discriminação; e
- ✓ Foram respeitadas as diferenças de cada um, tratando a todos de igual maneira conforme as necessidades individuais de aprendizagem.

4.1.2. Implementação das políticas da inclusão de alunos com NEE na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”

Este ponto faz referência dos resultados sobre a implementação das políticas obtidas através da ficha de leitura, da grelha de observação e do guião de entrevista semi-estruturada.

a) Resultados obtidos através da ficha de leitura

(i) Processo Individual do Aluno:

- ✓ Faz referência sobre a recolha da informação do estado da saúde da criança, mas não dá orientações sobre as NEE;

(ii) Boletim de Matricula:

- ✓ Pede a indicação sobre o tipo de NEE que o aluno tem;

(iii) Livro de Matricula:

- ✓ Sobre informação do aluno matriculado no ano lectivo de 2022, o Livro de Matrícula não faz referência sobre as NEE.

b) Resultados obtidos através da grelha de observação

Da observação não participante feita aos professores, constatou-se o seguinte:

(i) Na concentração no átrio da escola

Os Professores:

- ✓ Consciencializaram os alunos sobre a existência de instrumentos que regulam o funcionamento da escola, apelando o não cometimento de actos de discriminação ou *bullying*; e
- ✓ Leram o Regulamento Interno e explicaram aos alunos a importância desse instrumento, bem como o respeito e cumprimento das normas nele existente.

(ii) Na sala de aulas

Os Professores:

- ✓ Colocaram os alunos com NEE à frente do quadro;

- ✓ Durante o decurso da aula, focalizaram o ensino nos alunos com NEE;
- ✓ Durante a realização dos exercícios em grupos, enquadraram os alunos com NEE nos grupos de colegas sem NEE; e
- ✓ Na realização dos exercícios, controlaram os grupos e auxiliaram de modo a não saírem do foco e perder a concentração.

(iii) No pátio e durante o intervalo maior

Os professores, conversaram com os encarregados de educação das crianças com NEE, apelando à colaboração no que concerne ao PEA dos seus educandos.

d) Resultados obtidos através do guião de entrevista semi-estruturada

Da entrevista semi-estruturada feita a 12 professores, constatou-se o seguinte:

(i) Do papel da Direcção da Escola em relação às políticas de inclusão de alunos com NEE:

- ✓ Dois professores, responderam que a Direcção fazia palestras nas concentrações, falando da igualdade entre os alunos;
- ✓ Cinco, disseram que a Direcção sensibilizava as crianças e todos os intervenientes no PEA sobre escola inclusiva;
- ✓ Três, responderam que a Direcção cumpria com o que estava no regulamento interno sobre a inclusão de alunos com NEE; e
- ✓ Dois, responderam que a Direcção monitorava o que estava plasmado no Regulamento Interno.

(ii) Da implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE, registou-se o seguinte:

- ✓ Quatro professores, foram firmes ao dizerem que a escola sensibilizou os professores a trabalhar com todos os alunos de igual maneira sem discriminação;
- ✓ Três, responderam que a escola, sensibilizava a todos a respeitarem o regulamento escolar;
- ✓ Três, apontaram a leitura do Regulamento Interno, no seu capítulo II, artigo 6 que versa sobre NEE; e
- ✓ Dois, responderam que a escola, partilhava documentos sobre políticas de inclusão.

(iii) Das vantagens da implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE:

- ✓ Dois, apontaram o possível desaparecimento das escolas especiais;
- ✓ Quatro, falaram do respeito que há entre alunos e professores;
- ✓ Três, apontaram o crescimento dos efectivos escolares; e
- ✓ Três, tocaram na credibilidade que a escola ganhou para com a comunidade pelos serviços prestados.

4.1.3. Impacto da implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”

Sobre o impacto da implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE, fez-se referência dos resultados obtidos através da observação não participante de aulas e da entrevista semi-estruturada realizadas aos oito pais e encarregados de educação, 12 professores e três membros da Direcção da Escola.

a) Resultados obtidos através da grelha de observação não participante das aulas

Da observação não participante, feita às aulas dos 12 professores constatou-se que eles:

- ✓ Interagiam com os encarregados de educação com vista a melhorarem as condições de acomodação das crianças com NEE na sala de aulas;
- ✓ Faziam avaliação das crianças com NEE no ambiente em que estão inseridas com os de mais colegas;
- ✓ Verificavam as mudanças ocorridas nos alunos com NEE, ao fazerem parte de um ambiente de educação inclusiva;
- ✓ Verificavam as relações de amizade criadas entre eles e seu envolvimento nas actividades com outros colegas sem NEE; e
- ✓ Analisavam os alunos com NEE sobre a forma como se expressavam perante outros colegas sem NEE.

c) Resultados obtidos através do guião de entrevista semi-estruturada aos pais e encarregados de educação

(i) Sobre o impacto das políticas de inclusão de alunos com NEE, os pais e encarregados de educação, responderam o seguinte:

- ✓ Quatro encarregados, responderam que as crianças com NEE, têm aprendido juntos com os demais colegas, do mesmo modo.
- ✓ Dois, responderam que a escola era abrangente, ou seja, as crianças são integradas nas turmas naturalmente junto com as demais crianças; e

- ✓ Dois, afirmaram que a escola recebia todo tipo de alunos sem discriminação tendo elas NEE ou não.

(ii) Sobre a implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE:

- ✓ Três, concordaram com as mudanças adoptadas pela escola em relação à forma de actuação dos funcionários da escola; e
- ✓ Cinco, avaliaram a Educação Inclusiva que a escola tem apresentado, consciencializa os alunos através de palestras e produção de cartazes.

(iii) Sobre as condições criadas pela escola para acomodar alunos com NEE:

- ✓ Quatro, confirmaram a colocação de rampas e disposição do material didáctico ao alcance de todas as crianças;
- ✓ Dois, enaltecem o trabalho da escola na preparação do pessoal docente para melhor saber lidar com crianças com NEE;
- ✓ Dois, falaram do mobiliário escolar adquirido pela escola como um exemplo claro do engajamento da mesma na luta por uma educação cada vez mais inclusiva.

(iv) Sobre as vantagens da implementação de políticas de inclusão de alunos com NEE:

- ✓ Dois, responderam que os alunos foram enquadrados nas turmas, sem olhar para as suas diferenças;
- ✓ Três, afirmaram que houve mais espaço para as crianças serem acolhidas, respeitando as suas diferenças;
- ✓ Três, disseram que as crianças que outrora não podiam frequentar a escola devido às suas condições sociais, agora frequentam sem nenhuma restrição.

c) Resultados da entrevista semi-estruturada feita aos 12 professores

Na entrevista semi-estruturada feita aos professores

(i) Sobre os resultados do impacto das políticas de inclusão de alunos com NEE:

- ✓ Três professores, responderam que crianças com NEE estavam no mesmo nível de desempenho pedagógico com as demais crianças;
- ✓ Quatro, responderam que, a comunidade ganhou a consciência de levar as crianças para a escola independentemente da sua condição;

- ✓ Três, disseram que houve maior envolvimento dos encarregados, na vida escolar dos seus educandos; e
- ✓ Dois, afirmaram que a escola passou a ser confiada pelos encarregados de educação, pelo trabalho que vem fazendo.

(ii) Sobre a percepção dos professores em relação ao sentimento das crianças com NEE, no ambiente escolar em que estão inseridas:

- ✓ Cinco professores, responderam que, as crianças sentiam-se bem acolhidas no ambiente escolar, uma vez que são todas tratadas de igual maneira;
- ✓ Dois, disseram que as crianças conviviam num ambiente harmonioso e de abertura, sem receios;
- ✓ Três, responderam que, as crianças se sentiam amparadas por todos intervenientes da escola; e
- ✓ Dois disseram que, havia um sentimento de confiança em relação aos professores, Direcção e colegas.

(iii) Sobre o acréscimo de ideias em torno da entrevista:

- ✓ Três professores, defenderam a necessidade de capacitar os intervenientes do PEA em matérias ligadas às NEE;
- ✓ Quatro, apelaram que se distribuíssem materiais de ensino e aprendizagem sobre NEE para todos os professores e alunos;
- ✓ Três professores, opinaram sobre a capacitação dos pais e encarregados de educação em matérias relacionadas com as NEE usando línguas nacionais locais; e
- ✓ Dois, apelaram um maior esforço da Direcção para uma melhor dinamização do trabalho em equipa.

d) Resultados da entrevista semiestruturada aos três membros da Direcção da Escola

(i) Director

Da entrevista feita ao Director da Escola, registou-se o seguinte:

- ✓ A Escola foi transformada num espaço aberto e de convivência para todos os alunos;
- ✓ A Escola tornou-se abrangente e acolhedora para todos sem olhar para as diferenças que cada um apresenta;

- ✓ Foram desenvolvidas habilidades socioeducativas nas crianças com NEE, através de actividades práticas (Educação Visual e Ofícios, Educação Física, Desporto e Cultura); e
- ✓ As infra-estruturas escolares foram construídas tendo em conta a acessibilidade dos edifícios, pelos alunos com NEE e de mobilidade reduzida.

(ii) Director Adjunto Pedagógico

Da entrevista feita ao Director Adjunto Pedagógico, registou-se o seguinte:

- ✓ Foram matriculadas as crianças, independentemente dos encarregados terem ou não condições de levá-las para uma escola especial;
- ✓ Os encarregados, passaram a dialogar com os professores e a Direcção da Escola, cooperando para o bem-estar das crianças;
- ✓ Os efectivos escolares aumentaram incluindo o número de alunos com NEE, devido aos bons serviços prestados à comunidade escolar;
- ✓ Foi feito um apelo ao Governo do Distrito de Marracuene, para apostar em cursos de curta duração para a capacitação dos gestores escolares e professores, sobre Educação Inclusiva.

(iii) Chefe de Secretaria

Da entrevista ao Chefe de Secretaria, registou-se o seguinte:

- ✓ Transformaram a escola num espaço acolhedor, onde todos sem olharem para as diferenças, respeitam-se uns aos outros;
- ✓ Foi feito um trabalho de (consciencialização do pessoal, confrontando os materiais em uso) a nível do sector administrativo para que o atendimento aos utentes fluísse, respeitando a inclusão; e
- ✓ Foi feito um apelo ao Governo do Distrito de Marracuene, para apostar em cursos de curta duração para a capacitação dos técnicos e pessoal de apoio, sobre Inclusão Escolar.

4.2. Discussão dos Resultados

4.2.1. Identificação das políticas de inclusão de alunos com NEE, implementadas na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”

Da análise feita aos documentos normativos em uso na Escola, foi notório o trabalho em torno da inclusão, que contou com o apoio dos pais e encarregados de educação, tendo incrementado nos efectivos escolares atenção especial aos alunos com NEE.

Os documentos normativos arrolados e em uso na escola, fazem menção às políticas de inclusão de alunos com NEE no sistema de ensino regular.

A inclusão de alunos com NEE no sistema regular de ensino constitui uma inovação educativa actualmente defendida e que surge na sequência de princípios que se têm vindo a preconizar desde a publicação da Lei do Sistema Nacional de Educação, apontando-se para a necessidade de garantir a igualdade de acesso e sucesso educativos a todos os alunos. Nos últimos tempos, desenvolveram-se processos que visam a inclusão escolar dos alunos com NEE (Pires, 2012).

Analizando os documentos normativos usados na escola, percebe-se que há preocupação com a inclusão no sistema de ensino regular, o que levou à identificação de políticas para o efeito. Nota-se, porém, a falta de aprimoramento na formação dos profissionais de ensino da escola.

As condições básicas do acesso escolar, a modificação do seu meio físico, acompanham a identificação das políticas de inclusão de alunos com NEE.

As NEE são responsáveis pela educação de todos os cidadãos, por forma a garantir condições efectivas ao currículo e sucesso escolar, às quais exigem a aprendizagem de técnicas especiais de ensino, implementação de modificações no meio físico da escola e a aquisição de recursos/ equipamentos específicos (Pires, 2012).

O sucesso escolar deve ser acompanhado pela garantia de uma educação básica para todos, e para tal, as modificações na acessibilidade aos edifícios revelam a identificação das políticas de inclusão de alunos com NEE no sistema regular de ensino.

4.2.2. Implementação das políticas da inclusão de alunos com NEE na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”

Os instrumentos observados em uso na escola sobre a implementação das políticas de inclusão, não fazem referência das NEE, porém, mas o Boletim de Matrícula é que traz a informação.

Mediante a implementação das políticas de inclusão de crianças e jovens com NEE, emerge o consenso de serem inclusas nos planos educativos feitos para a maioria, o que leva ao conceito de escola inclusiva que desenvolve uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência e desvantagens severas (UNESCO, 1994).

Tendo havido o consenso de inclusão de alunos com e sem NEE nos planos curriculares vigentes, para implementação das políticas, surgiu a necessidade dos instrumentos em uso estarem alinhados na mesma proporção sem que haja discriminação, isto é, não deve haver sinalética que identifica o tipo de NEE/deficiência que a criança tem ou sofre.

A implementação das Políticas de Inclusão de alunos com NEE, baseou-se na actuação dos profissionais e todos actores do PEA em várias vertentes.

A educação de todos os alunos não abrange apenas aqueles que apresentam NEE, mas também todos os que provêm de contextos étnico-culturais diferentes, o que exige ainda mudanças significativas em termos de atitudes, capacidades e conhecimentos dos professores, no sentido de desenvolverem práticas pedagógicas que respeitem, reconheçam e valorizem as diferenças individuais (Pires, 2012).

A actuação dos profissionais com vários actores do PEA em diferentes pontos da escola, materializaram a implementação das políticas de inclusão, o que aconselha-se permanentemente, à prática desta actividade que é o garante do sucesso educativo.

A implementação das políticas de inclusão escolar envolvem de forma activa, criativa e cooperativa, professores, auxiliares de educação, pais e comunidade, obrigando os directores das escolas à responsabilidade de promoverem atitudes positivas por parte de toda a comunidade escolar e de colaborarem de forma eficaz com os professores e com o pessoal de apoio, sendo fundamental equacionar processos de decisão baseados na consulta e na negociação entre os diferentes parceiros educativos (UNESCO, 1994).

Os gestores escolares para que tenham sucessos, é preciso que cooperem com os seus colaboradores a todos os níveis, serem responsáveis, criativos e promoverem atitudes que levam a implementar as políticas de inclusão dentro da instituição que dirigem.

4.2.3. Impacto da implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”

A atitude do professor é fundamental, pois joga um papel importante na análise do impacto da implementação das políticas de inclusão escolar, usando métodos e meios adequados para chegar-se ao alvo.

Mediante o impacto da implementação das políticas de inclusão, a atitude dos professores constitui uma variável importante de modo que, na sala de aula regular onde os ambientes educativos requerem uma preparação mais cuidada e métodos diversificados para que os alunos sejam envolvidos em actividades de aprendizagem enriquecedoras (Correia,1999).

É fundamental que os professores compreendam que todos os alunos sintam-se com capacidade de aprendizagem, de modo a não haver diferenças qualitativas entre crianças com e sem NEE. A atitude dos professores constituirá uma variável importante na inclusão dos alunos com NEE na sala de aula e contribuirá para o seu sucesso educativo (Florian,2003).

Sobe o impacto da implementação das políticas de inclusão escolar, percebe-se logo que os professores jogam um papel fundamental que exige deles uma postura e atitude e requer o uso de métodos de modo que os resultados sejam positivos.

Com estes resultados, os encarregados dos alunos com NEE, revelam que havia uma ligação entre a escola e a comunidade, o que tem impactado na implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE.

Na opinião de Correia e Serrano (2000), os benefícios de uma filosofia inclusiva abrangem a liderança escolar, os pais e outros recursos comunitários, na medida em que os envolve de diferentes formas, mas com um mesmo objectivo, que é o de ajudarem os alunos a alcançar o sucesso educativo. A importância do papel da família na educação das crianças e jovens com NEE, tal como das outras crianças sem problemas, é sem dúvida fundamental e indiscutível. Os pais são participantes indispensáveis na medida em que contribuem com o conhecimento específico que têm do filho e da sua situação familiar e manifestam as suas preocupações e expectativas relativamente ao seu futuro.

A ligação entre a escola e a comunidade é de capital importância, visto que, as ideias vindas de ambas partes podem influenciar no impacto da implementação das políticas de inclusão escolar, e contribuir sobre maneira no crescimento dos efectivos dos alunos com NEE.

Estes resultados, revelam o impacto da implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE, trazido através dos professores no desempenho das suas actividades dentro da instituição.

Diante do impacto da implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE, o papel do professor é de capital importância na Educação Inclusiva, visto que o mesmo é autoridade competente, direcciona o processo pedagógico, interfere e cria condições necessárias à apropriação do conhecimento (Gazim,2005). A função do professor não é apenas a de transmitir conhecimentos, mas agir de modo que os alunos aprendam, tornando-se um mediador entre o aluno e o saber, permitindo a construção da autonomia do aluno para exercer sozinho as suas competências (Sil,2008).

As ferramentas usadas pelos professores no direccionamento do processo pedagógico e na criação de um ambiente favorável entre os alunos e encarregados de educação, tem impactado na implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE na instituição. É necessário que se faça esforço da parte de Direcção que inclui a

capacitação dos encarregados usando as línguas nacionais locais para melhor intervirem em situações de NEE.

Estes resultados, mostram o quão a Direcção está engajado na perspectiva de transformar a Escola, desde o seu aspecto físico até à preparação do seu pessoal para desempenhar melhor o seu papel na implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE.

Quanto ao impacto da implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE, as lideranças escolares visam gerar um clima e cultura de aprendizagem positiva, evidenciando a visão, valores e crenças, garantindo que a inclusão e o bem-estar dos alunos, capacitar os funcionários de forma a darem resposta à diversidade de alunos, estimulando a formação contínua, rentabilizando as fontes de financiamento para garantir o acesso físico a edifícios, ajudas técnicas, desenvolver uma planificação e gestão estratégicas centradas no aluno, estimular a participação da comunidade local e serviços de apoio assegurando uma intervenção integrada a alunos e famílias (Pereira, 2021).

A liderança da escola joga um papel fundamental e, nesta perspectiva, verifica-se um maior engajamento dela desde a requalificação das infra-estruturas existentes, da preparação do pessoal técnico e professores, até ao alinhamento dos encarregados de educação, nesta perspectiva da inclusão escolar. A requalificação dos edifícios, a preparação dos profissionais e a planificação de actividades visam, fundamentalmente, implementar políticas de inclusão escolar.

CAPÍTULO V: CONCLUSÃO E SUGESTÕES

5.1. CONCLUSÃO

Ao analisar os conceitos acerca de educação inclusiva de alunos com Necessidades Educacionais Especiais, é necessário destacar a importância da educação como protagonista e mediadora da inclusão desses alunos. A inclusão se refere a uma nova postura da sociedade, de uma sociedade que se percebe heterogênea e permite que apareçam as diferenças. Para que uma escola seja realmente inclusiva, sua proposta pedagógica deverá ser construída colectivamente e concretizada num bom planeamento. Por outro lado, essa pesquisa verificou que existem inúmeros dispositivos legais que asseguram a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede de ensino regular. Tais dispositivos estão amparados em Portarias, Resoluções, Leis, Decretos e outros dispositivos que transpõem a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas para este segmento da sociedade. É importante que o Estado garanta a formação dos professores que actuam em sala de aula; que haja profissionais especializados em atendimento educacional e apoio escolar, que outros recursos humanos que actuam no ambiente escolar (directores, coordenadores, profissionais da limpeza) também sejam capacitados para receber os alunos com necessidades educacionais especiais.

Outro ponto a se destacar é o número excessivo de alunos nas salas e o pouco investimento na formação de professores, pois tais aspectos dificultam o trabalho dos professores, reflectindo em todos os alunos. Infelizmente, os professores ainda enfrentam muitos desafios, principalmente em relação à estrutura pedagógica e física do ambiente escolar para incluir alunos com necessidades educacionais especiais e para que haja a inclusão propriamente dita.

No âmbito escolar, muito ainda precisa ser feito, para que se efectivem as legislações que dispõem sobre as garantias aos alunos com necessidades educacionais especiais. Os dispositivos legais não são suficientes para garantir uma inclusão verdadeira, eles sozinhos não dão conta do processo de inclusão. Para que as leis propostas sejam aplicadas, é necessário garantir condições e recursos humanos, pedagógicos e físicos, para que se alcance resultados significativos.

5.2. SUGESTÕES

O estudo analisou a implementação das políticas de inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais no ensino primário no Distrito de Marracuene: o caso da Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”, tendo como sugestões:

Aos pais e encarregados de educação

- ✓ Sensibilizar aos pais e encarregados a matricular os seus educandos, bem como, fazer o acompanhamento durante o processo de ensino e aprendizagem;
- ✓ Apoiar seus educandos de forma a não se sentir excluídos dentro do ambiente escolar, bem como, na sociedade no geral.

Aos professores

- ✓ Que se comprometam com o desafio de educar, ensinar, sejam motivadores, criativo e que possuam um bom relacionamento com todos os alunos, sabendo administrar conflitos e ajudando a tornar o ambiente escolar num lugar de bem-estar dos alunos;
- ✓ Que não usem ofensas emocionais para reprimir os alunos com NEE quando estes transgridem as regras de conduta na escola, podendo optar pelo diálogo ou interação com os pais e encarregados de educação dos mesmos.

Aos gestores e técnicos

- ✓ Que garantam a realização regular de palestras com os alunos e encarregados de educação sobre o que representam as necessidades educativas especiais nas escolas e na comunidade;
- ✓ Que garantam a construção de infra-estruturas adequada e equipadas para responder as necessidades de todos os alunos.

Referências Bibliográficas

- Amaral. I. (1995). *Conhecendo a Deficiência*. São Paulo: Robe.
- Amatto. L. de L., & Alves, V. L. P. (2016). *Uma reflexão a respeito da educação inclusiva e medicalização da infância a partir das ideias de Carl Rogers sobre educação-Memorandum: Memória e História em Psicologia*.
- Azevedo. S. (2003) *Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação*. In: Santos Júnior, Orlando A. dos et al. *Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: FASE.
- Barbetta. P. A. (2008). *Estatística Aplicada às Ciências Sociais*. (7ª.ed). Florianópolis: Ed. da UFSC.
- Bardin. L. (2006). *Análise de conteúdo*. (ed.70). Lisboa.
- Boneti. L. W. (2007). *Políticas públicas por dentro*. Ijuí: Ijuí.
- Brasil. (1989). *Lei n. 7.853, de 24 de Outubro de 198. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência*. Brasília: DF.
- Cellard. A. (2008). *A análise documental*. In: Popart, J. et all. *A Pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.
- Chiavenato. I. (2003). *Introdução à Teoria Geral da Administração*. (7ª ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Constituição da República de Moçambique (1990)*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Constituição da República de Moçambique (2004)*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Constituição da República Popular de Moçambique (1975)*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Correia. L de M. (1999). *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas classes regulares*. Porto.
- Correia. L. M. & Serrano, J. (2000). *Reflexões para a construção de uma escola inclusiva*. Inclusão.
- Correia. L. M. (1997). *Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares*. Porto: Porto Editora.
- Decreto n-53/2008 de 30 de Dezembro - *Regulamento de Construção e Manutenção dos Dispositivos Técnicos de Acessibilidade, Circulação e Utilização dos Sistemas*

de Serviços e Lugares Públicos à Pessoa Portadora de Deficiência Física ou de Mobilidade Condicionada.

- Dengo, A. (2015). *A escolarização de alunos com Necessidades Educativas Especiais associadas ao Atraso Mental*. In Ussene, C. & Simbine, L. S. (2015). *Necessidades Educativas Especiais: acesso, igualdade e inclusão*. Maputo: Educar-UP.
- Diniz, D. (2007). *O que é deficiência*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Dossá, A. A. C. (2019). *Análise da Inclusão Escolar de Alunos com Síndrome de Down no Ensino Primário: o caso da Escola Primária Completa de Bagamoio*. Maputo. Repositório da UEM.
- Escola P. C. J. C. (2022). *Organigrama, historial e mapas estatísticos da escola*. EPC-Joaquim Chissano. Marracuene.
- Filho, J. A. S. & Moura, M. L. (2013). *Educação Especial: Uma Análise do Processo de Inclusão dos Alunos com Necessidades Educativas Especiais na Escola do Ensino Regular*. Ceará: UECE.
- Florian (2003). *Práticas Inclusivas. Que práticas son inclusivas, por qué y como?* In C. Tilstone; L. Florian; R. Rose (coord.): *Promocion y desarrollo de prácticas educativas inclusivas*. (pp 43-58). Madrid: Editorial EOS.
- Freire, S. (2008). *Um Olhar Sobre a Inclusão*. *Revista da Educação*, Vol. XVI, (1).
- Frias, E. (2009). *Inclusão Escolar do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais: Contribuições ao Professor do Ensino Regular*. Material Didáctico-pedagógico: Paranaíba.
- Gazim, E. (2005). *Tendências pedagógicas brasileiras: Contribuições para o debate*. *Revista chão da escola*. Curitiba.
- Gil, A. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. S. Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Editora Atlas S. A.
- Glat, R.; Blanco, L.M.V. *Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva*. In: Glat, R, (2009). *Educação Inclusiva: cultura e quotidiano escolar*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Gonçalves, H. A. (2005). *Manual de Metodologia da Pesquisa*. São Paulo: Avercamp.
- Guba, E. G & Lincoln, Y.S.(1981). *Effective Evaluation*. São Francisco, Jossey-Bass.
- Jesus, S. N. & Martins, M. H. (2000). *Escola inclusiva e apoios educativos*. Porto: Edições ASA.

- Lakatos. E. M & Marconi. M. A. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Lei 6/92, de 6 de -Maio, actual-lei-do Sistema Nacional de Educação, em vigor na República de Moçambique.
- Lei nº 18/2018 *Aprova o Sistema Nacional de Educação*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Lei nº 4/83 de 23 de Março. *Aprova a-Lei-do Sistema Nacional de Educação e define os princípios fundamentais na sua aplicação*. Publicada-no-Boletim da República, II Série- Número 12.1983. Moçambique: MINEDH.
- Mandlate. M. (2015). *Diferenciação pedagógica e a inclusão escolar em Moçambique. Um imperativo incontornável na sala de aula*. Revista de estudos e investigação enpsicología y educación.
- MEC. (2008). *Regulamento Geral do Ensino Básico*. ed. DINEG/MEC-Moçambique: MEC.
- MINED (1998). *Plano Estratégico da Educação e Cultura 1999-2003. Combater a Exclusão, Renovar a Escola*. Maputo: MINED.
- MINED (2012). *Plano Estratégico da Educação*. Moçambique: MINED.
- MINEDH. (2020). *Plano Estratégico da Educação (2020 – 2029)*. Maputo: MINEDH.
- Ministério de Educação e Cultura, (2006). *Fazer da escola um polo de desenvolvimento consolidando a Moçambicanidade*. Junho, Maputo: MEC.
- Mutimucuiu, I. (2008). *Métodos de Investigação*. Maputo: Centro de Desenvolvimento Académico.
- Nguenha. A. M. (2018). *Análise dos desafios enfrentados pela comunidade escolar na implementação da política de educação inclusiva – caso da Escola Primária Completa Kurhula (2017–2018)*. Repositório da UEM.
- Nhapuala. G. (2014). *Formação psicológica inicial de professores: atenção à educação inclusiva em Moçambique*. Lisboa: Universidade do Minho-Instituto de Educação.
- Novele. W. J. (2015). *Mapeamento cadastral de parcelas. Caso de estudo: Bairro Cumbeza, Distrito de Marracuene*. Setembro. Maputo.
- Pereira. A. P & Alves. S. (2021). *Necessidades educativas especiais: manual de apoio para docentes*. Politécnico: Leiria.
- Pires. T. S. N. F. (2012). *As Representações dos Pais Face à Inclusão de Alunos com NEE no 1º Ciclo Ensino Básico*. Instituto Superior de Educação e Ciências.

- Resende. A. P & Vital. F. M. (2008). *A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada*. Corde. Brasília.
- Resolução n.º 30/2010: *Ratifica o Protocolo Facultativo à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Moçambique.
- Resolução n.º 29/2010: *Ratifica a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência*.
- Resolução n.º 8/95, de 22 de Agosto. *Educação Especial e considera que a criação de oportunidades para as crianças com necessidades educativas especiais constitui o principal mecanismo da inclusão*. Moçambique.
- Resolução n.º 20/99: *Aprova a Política sobre a Pessoa Portadora de Deficiência*.
- Sil. V. M. C. (2008). *Estratégias Pedagógicas no ensino de alunos em risco de insucesso escolar*.
- Souza. C. (2003). *Políticas públicas: Questões temáticas e de pesquisa*. Caderno CRH, Salvador. Disponível em: Acessado ao 15 Setembro de 2021.
- Stubbs. S. (2008). *Educação Inclusiva: onde existem poucos recursos*. Oslo: Ingrid Lewis.
- Tello. C. G. & Jun. H. S. (2015), *O Campo Teórico da Política Educacional: Modelos, Abordagens e Objectos de Estudo*, Revista de Ciências Humanas – Educação.
- Terence, A. C. F., & Filho. E. (2006). *Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-acção nos estudos organizacionais*. In *Anais*. Fortaleza: CE.
- Uaciquete. A. S. (2010). *Modelo da administração da educação em Moçambique*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Departamento de Ciências da Educação, Universidade de Aveiro.
- UNESCO, (1990). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien: UNESCO.
- UNESCO, (1994). *Conferência Mundial sobre Necessidades educativas especiais: Acesso e Qualidade. Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das Necessidades Educativas Especiais*, Salamanca: UNESCO.
- UNESCO, (1998). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem*. Jomtien, 1-8. Brasília: UNESCO.

ANEXOS



UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CREDENCIAL

Credencia-se Serodio Roque¹, estudante do curso
de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação²,
a contactar Escola Primária Completa Joaquim Chissano³
a fim de fazer a recolha de dados para elaboração da⁴
Monografia.

Maputo, 11 de Março de 2024⁵

A Directora Adjunta para Graduação

Nitza Aurora Tarcísio César

Mestre Nitza Aurora Tarcísio César

(Assistente)



¹ (Nome do Estudante)

² (Curso que frequenta)

³ (Instituição de recolha de dados)

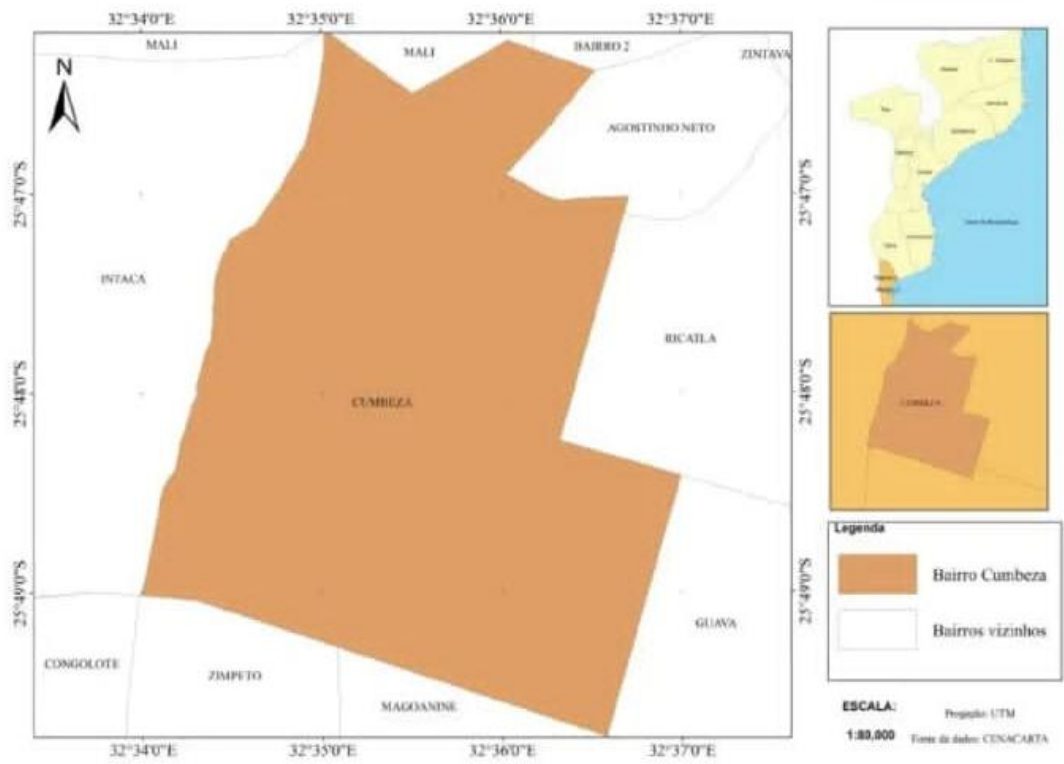
⁴ (Finalidade da visita)

⁵ (Data, Mês, Ano)

Apresentou-se nesta instituição
o senhor Serodio Roque a fim
de fazer seu trabalho de re-
colha de dados para elaboração
da monografia
Mestre Nitza Aurora Tarcísio César
11 de Março de 2024



Anexo II: Mapa da Localização da área do estudo. Distrito de Marracuene, Bairro Cumbeza-Fonte: (Novele, 2015)



APÊNDICES

Apêndice I: Guião de entrevista semi-estruturada para a Direcção da EPC Joaquim Chissano

Guião de Entrevista semi-estruturada para a Direcção da EPC Joaquim Chissano

No âmbito do trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Organização e Gestão de Educação, na Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane, subordinado ao tema “Análise da Implementação das Políticas de Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais, no Ensino Primário, no Distrito de Marracuene: o caso da Escola Primária Completa Joaquim Chissano”, elaborou-se o presente guião de entrevista semi-estruturado, que visa colher opiniões da Direcção da escola, (Director da Escola, Director Adjunto da Escola e Chefe da Secretaria), com o objectivo de identificar a implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”, sob a orientação da questão: (Que Políticas de inclusão de alunos com NEE são implementadas na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano?”). Desde já, solicito a colaboração de todos os visados, com a garantia de que as informações colhidas serão tratadas de forma confidencial e servirão apenas para fins académicos.

I Parte – Perfil dos Entrevistados

- i. Sexo Feminino____ Masculino____
- ii. Experiência Profissional _____

II Parte

1. Indique as políticas de inclusão de alunos com NEE que conhece.
R: _____
2. Descreve a utilidade das políticas de inclusão de alunos com NEE para a EPC “Joaquim Chissano”.
R: _____
3. Indique os aspectos comuns, das políticas de inclusão de alunos com NEE vigentes na EPC “Joaquim Chissano”.
R: _____
4. Explica o papel da Direcção da Escola, na consciencialização dos alunos em relação às políticas de inclusão de alunos com NEE na EPC “Joaquim Chissano”.
R: _____
5. Descreve as estratégias usadas pela EPC “Joaquim Chissano”, para implementar as políticas de inclusão de alunos com NEE.
R: _____
6. Explica as vantagens da implementação das políticas de inclusão, de alunos com NEE a nível da EPC “Joaquim Chissano”.
R: _____
7. Indica os resultados obtidos, no âmbito da implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE a nível da EPC “Joaquim Chissano”.
R: _____
8. Descreve o sentimento das crianças com NEE, perante o ambiente escolar em que estão inseridas na EPC “Joaquim Chissano”.
R: _____
9. Caso tenha algo a acrescentar em torno da entrevista, por favor, faça-o.
R: _____

Guião de Entrevista semi-estruturada para Professores da EPC Joaquim Chissano

No âmbito do trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Organização e Gestão de Educação, na Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane, subordinado ao tema “Análise da Implementação das Políticas de Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais, no Ensino Primário, no Distrito de Marracuene: o caso da Escola Primária Completa Joaquim Chissano”, elaborou-se o presente guião de entrevista semi-estruturada, que visa colher opiniões dos Professores da escola, cujas turmas foram identificadas alunos com NEE, com o objectivo de identificar a implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”, sob orientação da questão: (Que políticas de inclusão de alunos com NEE são implementadas na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano?”). Desde já, solicito a colaboração de todos os visados, com a garantia de que as informações colhidas serão tratadas de forma confidencial e servirão apenas para fins académicos.

I Parte – Perfil dos Entrevistados

- iii. Sexo Feminino____ Masculino____
iv. Experiência Profissional _____

II Parte

10. Indique as políticas de inclusão de alunos com NEE que conhece.

R: _____

11. Descreve a utilidade das políticas de inclusão de alunos com NEE para a EPC “Joaquim Chissano”.

R: _____

12. Indique os aspectos comuns, das políticas de inclusão de alunos com NEE vigentes na EPC “Joaquim Chissano”.

R: _____

13. Explica o papel da Direcção da Escola, na consciencialização dos alunos em relação às políticas de inclusão de alunos com NEE na EPC “Joaquim Chissano”.

R: _____

14. Descreve as estratégias usadas pela EPC “Joaquim Chissano”, para implementar as políticas de inclusão de alunos com NEE.

R: _____

15. Explica as vantagens da implementação das políticas de inclusão, de alunos com NEE a nível da EPC “Joaquim Chissano”.

R: _____

16. Indica os resultados obtidos, no âmbito da implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE a nível da EPC “Joaquim Chissano”.

R: _____

17. Descreve o sentimento das crianças com NEE, perante o ambiente escolar em que estão inseridas na EPC “Joaquim Chissano”.

R: _____

18. Caso tenha algo a acrescentar em torno da entrevista, por favor, faça-o.

R: _____

Apêndice III: Guião de entrevista para os Pais e Encarregados de Educação de Alunos com e sem Necessidades Educativas Especiais

Guião de Entrevista Semi-estruturada para os Pais e Encarregados de Educação de Alunos com e sem Necessidades Educativas Especiais

No âmbito do trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Organização e Gestão de Educação, na Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane, subordinado ao tema “Análise da Implementação das Políticas de Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais, no Ensino Primário, no Distrito de Marracuene: o caso da Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”, elaborou-se o presente guião de entrevista semi-estruturada, que visa colher opiniões dos Pais e Encarregados de Educação, com o objectivo de analisar a implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”, sob orientação da questão: (Qual é o impacto da implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano?”). Desde já, solicito a colaboração de todos os visados, com a garantia de que as informações colhidas serão tratadas de forma confidencial e servirão apenas para fins académicos.

I Parte – Perfil dos Entrevistados

i. Sexo Feminino_____ Masculino_____

II Parte

1. Que conhecimento tem sobre as políticas de inclusão de alunos com NEE?

R: _____

2. Concorda com a implementação destas políticas?

R: _____

3. Considera inclusiva a escola do seu educando?

R: _____

4. Como vê o trabalho da escola na consciencialização dos alunos, para respeitarem as diferenças individuais.

R: _____

5. Que condições a escola cria para acomodar alunos com NEE?

R:

6. Como se sentem as crianças com NEE, perante o tratamento da escola?

R: _____

7. Que vantagem tem a implementação, de políticas de inclusão de alunos com NEE na escola?

R: _____

8. Quais são as mudanças verificadas na criança com NEE, ao fazer parte de um ambiente de educação inclusiva?

R: _____

9. Que atitudes devem ser tomadas a nível da família para que as crianças com NEE se sintam seguras?

R:

10. Caso tenha alguma experiência sobre crianças com NEE, este é o momento para partilhar.

R:

Apêndice IV: Grelha de Observação de crianças com e sem Necessidades Educativas Especiais

Grelha de Observação de crianças com e sem Necessidades Educativas Especiais

No âmbito do trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Organização e Gestão de Educação, na Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane, subordinado ao tema “Análise da Implementação das Políticas de Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais, no Ensino Primário, no Distrito de Marracuene: o caso da Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”, elaborou-se a presente grelha de observação do ambiente escolar e vai abranger 11 Professores em interacção com os seus alunos e três membros de Direcção, com o objectivo de Descrever as políticas de inclusão de alunos com NEE implementadas na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano”, sob orientação da questão: (Como são implementadas as políticas de inclusão de alunos com NEE na Escola Primária Completa “Joaquim Chissano?”).

Conteúdo	Observação/Relatos
Formas de aplicação, das políticas de inclusão de alunos com NEE, a nível da EPC “Joaquim Chissano”.	
Estratégias usadas pela escola no âmbito da implementação, das políticas de inclusão de alunos com NEE.	
Vantagens da implementação, das políticas de inclusão de alunos com NEE, a nível da escola.	
Resultados trazidos, pela implementação das políticas de inclusão de alunos com NEE.	
Sentimento das crianças com NEE, perante o ambiente em que estão inseridas.	
Mudanças verificadas, na criança com NEE, ao fazer parte de um ambiente de educação inclusiva.	
Monitoria da implementação, das políticas de educação inclusiva, no ambiente escolar.	
Outros aspectos relacionados, com a acomodação de alunos com NEE	

Apêndice V: Escola Primária Completa “Joaquim Chissano



Disposição das salas de aulas da escola



Salas especializadas para alunos com NEE

